UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
NAIADY OLIVEIRA PIVA

A MULHER NA "TRIBUNA DO PARANA": DA "MARCHA DAS VADIAS" AOS CADERNOS POLICIAIS

CURITIBA
2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
HABILITAÇÃO DE JORNALIMO

NAIADY OLIVEIRA PIVA

A MULHER NA "TRIBUNA DO PARANA": DA "MARCHA DAS VADIAS" AOS CADERNOS POLICIAIS

Trabalho apresentado como pré-resquisito para conclusão do curso de Comunicação Social, na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso.
Orientação: Professora Mestre Nicole Kollross.

CURITIBA
2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

AVALIAÇÃO DA APRESENTAÇÃO ORAL DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

NOME DA ALUNA: **NAIADE OLIVEIRA PIVA**

TÍTULO: **A MULHER NA "TRIBUNA DO PARANÁ": DA "MARCHA DAS VADIAS" AOS CADERNOS POLICIAIS.**

LOCAL E DATA DA APRESENTAÇÃO ORAL:

Sede do Departamento de Comunicação Social da UFPR, realizada na sala 01 do DECOM, no dia 04/12/13, às 14h.

BANCA EXAMINADORA	NOTA
NICOLE KOLLROSS (Orientadora)	10,0
ROSÂNGELA STRINGARI	9,0
VANESSA FOGÇACA PRATEANO	10,0
MÉDIA FINAL:	9,7

BANCA EXAMINADORA	ASSINATURA
NICOLE KOLLROSS (Orientadora)	Nicole Kollross.
ROSÂNGELA STRINGARI	
VANESSA FOGÇACA PRATEANO	Vanessa Fogaça Prateano

Curitiba, 04 de dezembro de 2013.

RESUMO

Este trabalho busca fazer uma análise sobre as notícias veículadas na "Tribuna do Paraná" sobre a "Marcha das Vadias", realizado em Curitiba, em 2011. Partindo-se da noção de que o gênero é uma noção construída socialmente, o objetivo deste trabalho é analisar quais as noções de feminino representadas nas notícias relativas a este evento, e relacioná-las com as ideias sobre mulher presentes em textos de outras editorias, buscando compreender qual a visão de mulher presente nas páginas do jornal, neste período.

Palavras-chave: Jornalismo, mulher, mídia, gênero, Marcha das Vadias.

ABSTRACT

This paper's aim is to analyze the news about the "Marcha das Vadias" movement that occurred in Curitiba, 2011, in the pages of "Tribuna do Paraná". Understanding gender as a social notion, the purpose of this paper is to analyze the representations of female in this news, relating them to the ideas of women in other areas of the newspaper, in an attempt to understand the vision of woman at the publication as a whole, at this period.

Keywords: Journalism, women, media, gender, Marcha das Vadias, Slutwalk

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO....4

1 – O JORNALISMO IMPRESSO DIÁRIO 7
1.1 – IMPRENSA FEMININA 8
1.2 – O JORNALISMO MODERNO 10
1.3 – CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DA NOTÍCIA 13

2 – GÊNERO E JORNALISMO 19
2.1 – ORIGENS DO DEBATE FEMINISTA 19
2.2 – O GENÊNERO ENQUANTO CONSTRUÇÃO SOCIAL E O MITO DO ETERNO FEMININO 21

3 – MARCHA DAS VADIAS E MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS 23
3.1 – CONTEXTO 23
3.2 – ORIGEM DA "MARCHA DAS VADIAS" 25

4. A "MARCHA DAS VADIAS" NA "TRIBUNA DO PARANÁ" 28
4.1 – METODOLOGIA 28
4.2 – JORNAL ANALISADO 30
4.3 – CATEGORIAS DE ANÁLISE 31
4.3.1 – A MULHER OBJETIFICADA 31
4.3.2 – A MULHER NO CADERNO POLICIAL 39
4.3.3 – A COBERTURA DA "MARCHA DAS VADIAS" 51

CONCLUSÃO....58

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 63

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos o papel da mulher e a questão de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT) são presenças constantes na mídia e nos debates da sociedade civil. Os dois temas, embora diferentes, estão intrinsecamente ligados entre si. São faces do enfrentamento a uma hegemonia que estabelece uma divisão bem definida, oriunda dos sexos biológicos femininos e masculinos que, por sua vez, dão origem a uma série de características e comportamentos que são considerados natural para o indivíduo, conforme o lado da classificação em que este se encontra.

Movimentos que contestam estas hegemonias têm em seu cerne a ideia de que as identidades de gênero são construções sociais, que mesmo as características físicas aliadas a cada identidade podem ser moldadas socialmente; que o enquadramento entre "masculino" e "feminino" podem ser uma opção, e não necessariamente uma contingência do nascimento. Escrevendo na França da década de 1940, em sua obra "O Segundo Sexo", Simone de Beauvoir descreve esta dicotomia característica da sociedade ocidental:

> Basta passear de olhos abertos para comprovar que a humanidade se reparte em duas categorias de indivíduos, cujas roupas, rostos, corpos, sorrisos, atitudes, interesses, ocupações são manifestamente diferentes: talvez essas diferenças sejam superficiais, talvez se destinem a desaparecer. O certo é que por enquanto elas existem com uma evidência total (BEAUVOIR, 1991, p. 8 e 9)

Dentro desta divisão binominal, cabe ao homem o papel de positivo, enquanto valoração, e de neutro, enquanto categoria universalizante. Já à mulher, como Beauvoir (1991, p. 9) explica, "aparece como o negativo", e suas peculiaridades são vistas como limitação.

A história dos diferentes papéis que à mulher couberam, de subordinação ao masculino, de sexo complementar, corre em paralelo com a história da dominação do homem pelo homem, seja no sistema capitalista ou em outros, anteriores a ele. O alemão Friedrich Engels (s/d), com seu "A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado", escrito em 1884 , contribuiu para este debate, ao argumentar como a dominação da mulher deu espaço a um controle da hereditariedade e permitiu a apropriação privada de bens naturais e artefatos humanos, o que está na origem da exploração humana e da sociedade de classes.

O histórico da questão LGBT é mais recente. No final da década de 1940 surge, na Holanda, um centro destinado a desconstruir a imagem negativa relacionada à homossexualidade, o *Center for Culture and Recreation* (COC), que editava uma publicação

mensal e fomentavam a tolerância, segundo Regina Facchini (2011), em texto publicado pelo Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP-SP). Nas décadas seguintes, é fomentado aquilo que viria a ser conhecido como o "movimento *gay*", que tem na revolta de Stonewall, de 28 de junho de 1969, quando frequentadores de um bar homossexual de Nova York partiram para o confronto com a polícia, um de seus marcos fundacionais.

No Brasil surgem movimentos de homossexuais considerados "politizados" na década de 1970 que buscavam criar espaços de sociabilidade para esta população e também debater a situação de opressão a que estavam submetidos. Ao longo dos anos, o chamado "movimento *gay*" chegou à denominação atual, LGBT, colocando em destaque a questão da visibilidade lésbica (por entender que estas homossexuais sofrem uma opressão de gênero dupla, pela orientação sexual e também por serem mulheres) e a existência de pessoas transgêneras, aquelas que vivem algum tipo de incongruência entre a sua identidade de gênero e seu sexo biológico (FACCHINI, 2011).

Foucault (1987), ao falar da "História da Loucura", explana como a questão homossexual, tal como se configurou no século XX, teve início no século XIX. Não significa que a relação entre pessoas do mesmo sexo não existisse até então, mas que o preconceito observado na contemporaneidade origina-se de uma forma moderna de enxergar este "pecado". A orientação sexual destoante choca-se com os valores morais que se desenvolveram com o processo de urbanização, que também produziu o germe daquilo que viria a ser a LGBTfobia.

As questões de gênero têm sido presença constante em movimentos sociais contemporâneos como a chamada "Primavera Árabe" no oriente médio, os movimentos de "*Occupy*" . É o caso do Egito, em que escândalos de casos de estupro na Praça Tahrir, local marco da resistência popular contra as sequenciais ditaduras pelas quais o país tem passado, alertaram para a necessidade de um debate sobre identidade de gênero dentro dos movimentos revolucionários.

Neste contexto surge a Marcha das Vadias, que será estudada neste trabalho. A Marcha é um movimento de mulheres iniciado na cidade de Toronto, no Canadá, que ganha notoriedade com a *internet*, em especial com as redes sociais e que tem ganhado uma importância crescente desde 2011, ano da primeira "*Slutwalk*" (nome original, em inglês, da Marcha das Vadias). Após esta primeira ocorrência, outros movimentos similares surgem utilizando o mesmo nome e se espalham pelo globo.

É a partir da *internet* que estas marchas ganham visibilidade e possibilidade organizativa; a velocidade com que a informação circula na rede permite que as marchas tomem uma proporção mundial com um elemento significativo de auto-organização. Além deste processo organizativo, a rede cumpre um papel de meio pelo qual a informação vai circular; não necessariamente por meio de veículos informativos ou a partir da forma jornalismo, mas por produções, individuais ou coletivas, das próprias pessoas envolvidas neste processo político. Ao mesmo tempo, estes movimentos dialogam com os meios de comunicação tradicionais traçando estratégias para entrar na agenda midiática e impor sua representação de realidade (e de si mesmo) aos veículos.

Este trabalho tem por objetivo analisar de que forma se deu a cobertura da primeira "Marcha das Vadias" na cidade de Curitiba, Paraná, nas páginas do jornal "Tribuna do Paraná". A partir do estudo dos princípios éticos e técnicos jornalísticos, a análise das reportagens veiculadas no mês de julho de 2011 buscará investigar a produção das notícias que têm a mulher como tema, verificando de que maneira o veículo constrói imagens do feminino.

1 – O JORNALISMO IMPRESSO DIÁRIO

Para se definir o que é o jornalismo impresso diário é necessário pensar o seu significado ao longo da história e sua situação nos dias de hoje. A origem da imprensa confunde-se com a história do jornal impresso; embora a invenção da prensa de Gutenberg date do século XV e seja considerada o início técnico da imprensa, seu marco político inicial é a Revolução Francesa em 1789. Data deste momento histórico o termo "liberdade de imprensa" que, neste primeiro momento, consiste na luta da burguesia emergente (com capital, mas sem força política em um reino dominado pelos nobres) para poder imprimir seus jornais revolucionários. Objetivamente, consistia na necessidade de prensar linotipos, peças metálicas que continham os caracteres que formavam as palavras nos papéis, o que dava origem aos jornais (LAGE, 1979).

Os jornais representavam interesses da classe revolucionária, que ansiava pela tomada do poder e, para isso, percebeu que um embate militar com as tropas reais não seria o suficiente: era preciso um combate das ideias. Para impor sua ideologia frente à monárquica de forma ampla e rápida era preciso imprimir seus pensamentos e divulgá-los à população alfabetizada. Há uma série de registros que demonstram que as forças reais perceberam este perigo e buscaram impedir que a imprensa se proliferasse, cenário descrito em obras históricas.

Com a vitória dos ideais burgueses e o início do estabelecimento da modernidade, no século XIX a ideia de imprensa enquanto um espaço para concentrar informações e fatos, e não apenas opiniões, começa a ganhar força. No Brasil, é neste momento que o conceito de liberdade de prensa passa a vigorar. A produção gráfica, até então proibida, passa a ser legalizada com a vinda da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, quando o país passa do estatuto de colônia ao de vice-reino, e torna-se necessário um veículo de informação oficial (BAHIA, 1972). Com a possibilidade de produção gráfica, surgem jornais nas principais capitais do Brasil, dando início à imprensa brasileira.

O conceito de jornal enquanto empresa não é firmado neste primeiro momento, o que abre espaço para veículos que pertencem a uma pessoa que o escreve, edita, imprime e distribui em seus círculos sociais. Surgem jornais que possuíram poucos ou apenas um exemplar, algo que tornou-se inviável quando o jornal profissionalizou-se e atingiu o *status* de empresa, no século XX. Neste primeiro momento a periodicidade não é uma marca intrínseca

da imprensa (BAHIA, 1972).

1.1 – IMPRENSA FEMININA

Neste início da imprensa brasileira surgem os primeiros jornais voltados aos direitos das mulheres (BUITONI, 1981). As primeiras publicações voltadas ao público feminino tinham como principal tarefa trazer a moda europeia à antiga província e nascente país; à nobreza (em especial carioca) isto era uma necessidade, pois uma classe dominante brasileira poderia finalmente dar seus primeiros passos e, para isso, estar conectado com as tendências dos países de ponta (em especial na Inglaterra e na França) se fazia necessário. Os veículos de moda (em especial aqueles que traziam moldes para roupas, em especial vestidos, tradição que perdura até hoje em revistas femininas) fazem parte de um mesmo pacote que incluí enviar filhos à Europa para estudar Direito ou Medicina, comprar pianos para que as "moças de família" aprendessem (de forma a entreter convidados em festas da corte e a facilitar a conquista de um bom pretendente) o ensino de noções básicas de francês às crianças. É o início do Brasil moderno, o começo de uma vida urbana (BUITONI, 1981).

Esta efervescência política e cultural exigia também (e criava condições para) uma produção literária que refletisse o espírito da época. Assim surgem os folhetins, novelas contadas capítulo a capítulo, publicadas nos jornais, antepassados da novela e da união entre imprensa e entretenimento.

Estas produções, que marcaram os períodos romântico e realista da literatura brasileira e foram imortalizados em livros de clássicos como Machado de Assis e José de Alencar, não foram produções voltadas exclusivamente ao público feminino (e sequer eram escritos por mulheres), mas seu estilo folhetinesco e sua função de entretenimento, se encaixa nos parâmetros daquilo que viria a ser a origem da imprensa feminina no Brasil. O carioca "O Espelho Diamantino" que, segundo Gondin da Fonseca[1] (1941, apud BUITONI, 1981, p. 12) era um "periódico de política, literatura, belas-artes, teatro e modas, dedicado às senhoras brasileiras" foi o pioneiro no gênero.

Neste período alguns periódicos se destacaram por seu pioneirismo na defesa dos direitos das mulheres. Entre eles "O Sexo Feminino", redigido e editado por Francisca Senhorinha da Mota Diniz; que já em seu nome (utiliza "feminino" e não "belo sexo", como

1 FONSECA, Gondin da. *Biografia do jornalismo carioca. Rio de Janeiro, Livraria Quaresma, 1941*

era costume na época) demarca uma postura mais politizada em relação ao tema. Buitoni (1981, p.22-23) cita um trecho da matéria "O que queremos" publicada em "O Sexo Feminino" de 25 de outubro de 1873, pp. 1-2, em trecho colhido pela historiadora norteamericana Jane E. Hahner:

> Queremos a nossa emancipação – a regeneração dos costumes;
> Queremos reaver nossos direitos perdidos;
> Queremos a educação verdadeira que não se nos tem dado a fim de que possamos educar também nossos filhos;
> Queremos a instrução para conhecermos nossos direitos, e deles usarmos em ocasião oportuna;
> Queremos conhecer os negócios de nosso casal, para bem administrá-los quando a isso formos obrigadas;
> Queremos enfim saber o que fazemos, o porque, o pelo que das coisas.;
> Queremos ser companheiras de nossos maridos, e não escravas;
> Queremos saber o como se fazem os negócios fora de casa;
> Só o que não queremos é continuar a viver enganadas.

"A Família", publicado por Josefina Alvares de Azevedo (prima do poeta Alvares de Azevedo) defendia a emancipação da mulher, e era parte de uma empreitada de sua editora, que percorria as principais cidades do país para propagandear seus ideais.

No início do século XX o jornalismo brasileiro caminha rapidamente para constituir-se em cima de empresas jornalísticas que se sobrepõe ao modelo individual, político de outrora. Os jornais femininos que sobrevivem à virada do século, o fazem mantendo a forma de funcionamento antiga, ligados à imprensa artesanal (e não industrial), mantidos por uma ou duas pessoas (BUITONI, 1981). Nesta época uma perspectiva de mulher "levada a sério" começa a aparecer na imprensa anarquista, responsáveis pelo início do sindicalismo e, consequentemente, da imprensa sindical

A imprensa feminina é dividida pela historiadora francesa Evelyne Sullerot[2], (1963, apud BUITONI, 1981, p.121), em dois eixos principais. Um deles é o campo dos deveres, que surge com a editoria de moda (e, com ela, a normatização do que é correto, o que é esperado de um comportamento feminino em relação a roupa) e passa por uma série de normatizações do que é o ser feminino, que muitas vezes surgem na forma de dicas, de "conselhos de amiga". Informar-se sobre o que aconteceu nas óperas, teatros e festas da alta sociedade, além de obter dicas para realizar afazeres domésticos e conquistar um marido.

Outro eixo presente é a defesa de direitos das mulheres, que Sullerot classifica como imprensa "feminista", abrangendo todos os veículos que abordam a condição feminina. Buitoni (1981) aponta que. com o início da industrialização brasileira, a defesa dos direitos

2 SULLEROT, Evelyne. *La presse féminine.* Paris, A. Colin, 1963, pp.7-9.

das operárias era um tema recorrente nos periódicos da época.

1.2 – O JORNALISMO MODERNO

Em um princípio republicano liberal o jornal e o jornalismo consistem em um reflexo da opinião pública que, por sua vez, é validada à partir de sua publicação. Esta perspectiva traça um pilar fundamental a partir do qual funda-se o jornalismo moderno, e é a partir desta noção que desenvolve-se a prática jornalística.

A noção de que o jornalismo tem a capacidade de criar uma matéria-prima isenta, a partir da qual a realidade pública será analisada, opiniões serão formadas, debates serão feitos e a democracia se concretizará é fundamental para dar origem a conceitos-chave da profissão, em especial a imparcialidade.

Este ideal não restringe-se ao campo do pensamento, mas também influencia a própria forma do produto final da produção jornalística, bem como a técnica de produção. A própria imparcialidade tem consequências diretas na prática textual, como a popular prática do "ouvir os dois lados", expressão que popularizou-se como a fórmula jornalística para uma cobertura equilibrada, sem opiniões apriorísticas. O "Manual de Redação" do jornal "Folha de São Paulo" define "ouvir o outro lado" como um verbete em seu capítulo relativo a procedimentos:

> Ouvir o outro lado: quando uma informação é ofensiva ou contém acusações a uma pessoa ou entidade, ouça o outro lado e publique as duas versões com destaque proporcional. Por exemplo, dê o outro lado em retranca à parte ou mencione-o no subtítulo.
> Se não for possível ouvir o outro lado no mesmo dia, o texto deve ser submetido à Direção de Redação, que decidirá sobre a publicação.
> O texto que não contém o outro lado exige uma explicação: *"Fulano, procurado pela Folha para responder às acusações do investigador Beltrano, não foi encontrado em seu escritório entre 14h e 20h"*. Quanto mais específica puder ser a explicação, melhor (MANUAL DE REDAÇÃO, 2001 p. 46).

A ideia de "objetividade", que orienta a construção de textos simples, com poucos adjetivos – evitando juízo de valor – e com uma estrutura textual palatável, é uma derivação prática deste ideal de jornalismo sem lado. O teórico português Nelson Traquina explica que este termo surge com um processo de maturidade do jornalismo, de desconfiança em relação à imparcialidade da ciência, ainda que, ainda hoje, "a discussão sobre a objetividade é reduzida a uma simples dicotomia entre objetividade e subjetividade" (TRAQUINA, 2005, p. 135).

Segundo o autor, a primazia dos fatos – em relação às opiniões – surge no jornalismo do final do século XIX, e o conceito de "objetividade" surge nos anos 1920 e 1930, nos Estados Unidos, não como "a expressão final de uma fé que já existia no jornalismo no culto aos fatos mas, pelo contrário, um método concebido em função de um, mundo novo no qual mesmo os fatos não mereciam confiança" (TRAQUINA, 2005, p.135).

Citando Schudson[3] (1978, apud TRAQUINA, 2005, pp 136-137) Traquina explica que o surgimento das relações públicas e a eficácia da propaganda durante a Primeira Guerra Mundial contribuíram para a "perda da fé nos fatos por parte da comunidade jornalística".

E objetividade surge como um ideal a ser perseguido, "precisamente porque a subjetividade tinha tornado a ser vista como inevitável", e os jornalistas substituem uma antiga crença nos fatos por uma "fidelidade às regras e aos procedimentos criados para um mundo no qual até os fatos eram postos em causa" (TRAQUINA, 2005, p. 138). Resumindo, o autor define:

> Assim, a objetividade no jornalismo não é a negação da subjetividade, mas uma série de procedimentos que os membros da comunidade interpretativa utilizam para assegurar uma credibilidade como parte não-interessada e se protegerem contra eventuais críticas ao seu trabalho. Nas palavras de Gaye Tuchman, a objetividade deve ser encarada como um 'ritual estratégico'. A objetividade é um 'ritual', segundo Tuchman, porque é identificado com uma adesão a procedimentos de rotina. E esses 'rituais' são 'estratégicos', segundo Tuchman, porque os jornalistas invocam os procedimentos rituais para neutralizar potenciais críticas (TRAQUINA, 2005, p. 139).

As bases do jornalismo moderno surgem nos Estados Unidos do século XIX. Em tempos de guerra – a Guerra Civil Americana (1861/1865) – a veiculação de informações de maneira rápida impôs a necessidade de uma escrita que evitasse o excesso de informações que pudessem comprometer a acepção da mensagem.

As limitações técnicas oferecidas pelo telégrafo dão origem a uma forma de jornalismo que constitui a "pirâmide invertida", ou seja, as informações são hierarquizadas do dado mais para o menos importante. Neste modelo o primeiro parágrafo – *lead* traduzido no Brasil como lide – deve conter a resposta a seis perguntas básicas: o que, como, por que, quando, onde e quem.

Este formato ganha força com a profissionalização das técnicas gráficas, no início do século XX, que permitem a expansão do jornalismo diário, que passa a dar valor central para a velocidade da notícia, e que impõe a necessidade de uma produção profissionalizada, que

---

3 SCHUDSON, Michael. *Discovering the news: a social history os american newspaper.* New York: Basic Books, 1978

não seja feita de maneira individual, manufatureira; inclusive pela possibilidade de barateamento de custos por exemplar vinculada à impressão em larga escala. Esta profissionalização exige uma forma de financiamento compatível. A principal solução encontrada é a aliança com a publicidade, que passar a dividir o mesmo espaço que o conteúdo noticioso, que é o chamariz para a compra do informativo. O jornal ligado a um partido, a um ideal, escrito por literatos, com uma tiragem quinzenal, mensal (ou mesmo com uma tiragem não necessariamente relacionada à distância de tempo) é, aos poucos, substituída por uma redação, uma empresa jornalística com profissionais contratados exclusivamente para a produção de conteúdo noticioso, que passa a ser subjugado ao intervalo de tempo entre uma edição e outra.

O lide, além de facilitar a produção de um texto objetivo, orienta o processo de apuração – é preciso, necessariamente, e antes de tudo, responder às seis questões chave sem a qual não é considerado material noticioso – além de torná-lo mais rápido, ao automatizá-lo. Com a ampliação do espaço da propaganda nos jornais, e o apressado ritmo de "fechamento", surge a necessidade de reduzir o texto jornalístico para dar espaço a anunciantes; com a hierarquização do lide é possível diminuir o texto sem prejuízo à informação mais importante; basta, literalmente, eliminar o conteúdo de baixo para cima, uma vez que as informações mais importantes vão estar, necessariamente, no primeiro parágrafo.

Este recurso ganha importância conforme cresce o espaço dos anunciantes nos jornais, e acelera-se o processo de imediatismo da notícia e de "fechamento" do material – o processo de concluir a sua produção para envio à gráfica que irá lhe dar forma. Com a inclusão de anúncios inesperados que, por falta de espaço, precisam tomar o lugar que outrora fora da notícia, às pressas, sem tempo para que o trabalho seja reescrito.

Cerca de um século após a invenção deste conceito, ele permanece como um princípio orientador no jornalismo atual, como é o caso da Folha de S. Paulo, que em seu manual de redação reconhece que "as questões principais em torno do acontecimento" noticiado são "o quê, quem, quando, como, onde, por quê, não necessariamente nesta ordem" (MANUAL DE REDAÇÃO, 2001, p. 29), mas, antes, disso, busca conceituar o termo, sem subjugá-lo à fórmula das seis perguntas, mas sem fugir de uma normatização.

O Manual é claro em definir, no início do verbete, que "*toda reportagem* deve ser iniciada com a informação que mais interessa ao leitor e ao debate público (o lide)" (MANUAL DE REDAÇÃO, 2001, p. 28, grifo próprio), mas pondera que "não existe, no

entanto, um modelo para a redação do texto do lide. Nem pode ele ser realizado de maneira automática, com escrita burocrática" (MANUAL DE REDAÇÃO, 2001, p. 28.).

Esta imparcialidade ideal, típica do pensamento positivista e de uma forma de ver a ciência humana que se origina a partir de paradigmas de compreensão das ciências exatas e naturais, esbarram em alguns fatores humanos, o principal deles sendo o fato de que os veículos noticiosos são de posse de indivíduos com interesses políticos e econômicos que não exclusivamente a produção da notícia, e o fato de as notícias, elas próprias, também serem produzidas por profissionais que possuem seu próprios valores, interesses, e cuja atuação profissional é defiinida a partir de uma compreensão coletiva.

O jornal, como todo veículo de informação, possui uma agenda de debates, um conjunto de temas e opiniões que se interessa por divulgar e disputar na sociedade. O gênero jornalístico "editorial", que se filia à categoria de produtos jornalísticos "opinativos" (MELO, 2003) é, por excelência, o espaço em que a opinião da empresa jornalística é exposta, com o objetivo de dialogar com seus leitores, de deixar claro a eles como a empresa vê determinado assunto e argumentar em favor a este ponto de vista.

1.3 – CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DA NOTÍCIA

O fato de um gênero jornalístico ter sido criado com objetivo exclusivo de dar conta de expor os pontos de vista do veículo, no entanto, não significa que este seja o único espaço em que este ponto de vista se dê. Por outro lado, as opiniões presentes no espaço editorial – geralmente localizado na página dois dos jornais impressos – podem não representar os interesses puros da empresa, e sim uma mediação entre aquilo que é de interesse do veículo e o que é visto como interessante pelos editorialistas para convencer a população (o público leitor, em especial) daquela posição.

Para um retrato mais fiel do que compõe o conjunto de crenças de um veículo, A partir de sua produção, é preciso dar um passo atrás e olhá-lo dentro de um todo. A tiragem de um veículo, onde ele é vendido, seu preço (e a relação deste com a renda média da população local), de está baseado mais em vendas unitárias ou em assinaturas, se investe em publicidade ou eventos do terceiro setor, quem o lê, se possuí redação específica para *internet*, se seu conteúdo *online* é pago ou gratuito, se investe dinheiro em *marketing* nas redes sociais. Estes são alguns dos elementos que ajudam a compor o quadro do significado que um veículo tem

dentro da sociedade em que se insere.

Mas a partir da leitura do seu conteúdo é possível identificar a posição do veículo frente à sociedade, que se materializa no formato texto e imagem (não apenas foto, montagens e infográficos; mas também na própria maneira que é feita a diagramação e a disposição do conteúdo ao longo da edição).

Mesmo sem ir a uma redação acompanhar uma reunião de pauta e a rotina dos repórteres, é possível apreender da leitura do jornal o que pesa nos critérios de noticiabilidade para aquele veículo, ou seja, o conjunto de valores e práticas que definem o que é ou não "notícia", desde o momento em que é definido quais os espaços que serão monitorados para dar origem às notícias, até o momento em que estas são transmitidas a um leitor, espectador ou usuário de *internet*. Mauro Wolf (2001), ao falar do *newsmaking* – literalmente o fazer de notícias, em uma tradução livre do inglês – define a noticiabilidade como algo subordinado aos valores/notícia:

> Definida a noticiabilidade como o conjunto de elementos através dos quais o órgão informativo controla e gere a quantidade e o tipo de acontecimentos, de entre os quais há de seleccionar (sic) as notícias, podemos definir os valores/notícia (*news values*) como uma componente da noticiabilidade. Esses valores constituem a resposta à pergunta seguinte: quais os acontecimentos que são considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícia? (WOLF, 2001, p.195)

O autor tem o cuidado de deixar claro que estes valores/notícia não são um conjunto de regras abstratas, e sim uma "tipificação", que busca normatizar aquilo que já é da natureza da hierarquização jornalística, de maneira a "tornar possível a repetitividade de certos procedimentos" (WOLF, 2001, p.197). Entre aquilo que considera as "características substantivas das notícias" (WOLF, 2001, p. 200), ou seja, de seu conteúdo em si, Wolf estabelece quatro variáveis que determinam a importância de um acontecimento. São eles:

- "Grau e nível hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento noticiável": instituições consideradas importantes, como o caso do governo de um país ou região em que o veículo atua, ou de um Estado considerado uma potência econômica e política; indivíduos de alta estima, poder e/ou riqueza também encaixam-se neste critério;
- "Impacto sobre a nação e sobre o interesse nacional": refere-se em especial a acontecimentos estrangeiros que podem influir internamente em debates políticos de um país, em especial levado em consideração quando é um ocorrido por parte de uma grande potência, de um país próximo política ou geograficamente àquele em que a notícia é gerada;

Ĥ"Quantidade de pessoas que o acontecimento (de fato ou potencialmente) envolve": este critério subdivide-se em dois; em números absolutos, vale para o alto número de pessoas envolvidas em um acidente, um desastre, uma celebração, por exemplo; mas pode referir-se a um grande número de pessoas consideradas importantes, como líderes de Estado em reuniões diplomáticas, ou artistas em uma premiação cinematográfica. O autor destaca que este é um critério que, via de regra, trabalha em complementariedade com outros valores/notícia, como a proximidade ou a importância do país ou local em que o fato ocorre, e chega a citar a "lei de McLurg" (cujo nome refere-se a um jornalista inglês da década de 1970) que define, em tom jocoso, que "um europeu equivale a 28 chineses e dois mineiros galeses equivalem a 100 paquistaneses";

Ĥ "Relevância e significatividade do acontecimento quanto à evolução futura de uma determinada situação": ações e fatos que, se tomados de maneira isolada, podem ser interpretados como de menor importância, e que ganham destaque pelo seu potencial de interferir em outros ocorridos de importância maior, no futuro, como, por exemplo, a troca de legenda de personalidades políticas que podem vir a disputar cargos importantes em um futuro cenário eleitoral. (WOLF, 2001, pp. 200-204)

O autor destaca a "capacidade de entretenimento" como um valor/notícia que, em certa medida, subverte os anteriores, e é intrinsecamente ligado à lógica comercial e necessidade de audiência (que se converte em lucro) dos produtos jornalísticos. Histórias excêntricas, feitos heroicos, pessoas públicas em situações cotidianas, gente comum em situações insólitas são algumas das situações que podem, por sua alta capacidade de entretenimento, alçar a uma "posição elevada na lista dos valores/notícias" ocorridos que, a partir dos filtros noticiosos tradicionais, passariam por banalidade (WOLF, 2001, p. 205).

Outra etapa fundamental no processo de constituição de um produto informativo completo (seja a edição do dia de um jornal impresso, um telejornal ou um *site* noticioso) é a "seleção das notícias", a partir da qual os diversos acontecimentos que passaram pelo crivo daquilo que pode ser considerado conteúdo noticioso passam por uma triagem, e um número definido de notícias é alçado à condição de integrar o noticiário (WOLF, 2001, p. 240). O processo de selecionar aquilo que entra ou fica de fora de um periódico e de definição do que é passível de ser notícia. O processo de seleção para Wolf (2001) tem início no fato de que há um conjunto de hábitos e processos que determinam de que maneira a notícia será coletada, e, com o material em mãos do(s) responsável(is) pela sistematização, os valores/notícia

combinam-se com aquilo que é o planejamento editorial do veículo, que estabelece quais tipos de notícia são mais importantes, quais editorias vão ocupar maior ou menor espaço, quais reações pretende-se gerar no espectador ou leitor, tudo isso combinado a outros fatores subjetivos, como a própria escolha do jornalista responsável, que é motivada em parte pelos seus valores profissionais e, em parte, por suas escolhas morais.

A última etapa deste processo, segundo a classificação de Wolf, é o "*editing*", ou apresentação das notícias, que consiste em organizar os acontecimentos "dentro do formato e da duração dos noticiários" , e cujo objetivo é "anular os efeitos das limitações provocadas pela organização produtiva, para *'restituir' à informação o seu aspecto de espelho do que ocorre na realidade exterior*" (WOLF, 2001, p.244., grifo nosso). Embora o foco do autor seja o jornalismo televisivo – e daí provêm o fato de referir-se a uma "duração" do noticiário – a preparação das notícias à maneira que será colocada para o público é comum a todos os veículos, e em cada um deles possuí sua especificidade. No jornal diário impresso, a definição de editorias, de qual a ordem em que estas serão apresentadas, quantas páginas serão destinadas a cada uma delas, quais os dias da semana em que cada caderno pode ou deve circular, a flexibilidade – ou não – destas normativas do veículo a alterações conforme os acontecimentos do dia, quantas e quais páginas serão coloridas ou em preto e branco, o tamanho da folha em que o jornal será impresso, são algumas das variáveis que influenciam nesta "apresentação das notícias". Independente da especificidade de cada veículo, há um objetivo que é único neste processo de *editing*; nas palavras do autor:

> Se todas as fases anteriores funcionam no sentido de *descontextualizar* os factos do quadro social, histórico, económico, político e cultural em que acontecem e em que são interpretáveis (isto é, no sentido de 'curvar' os acontecimentos às exigências de organização do trabalho informativo), nesta última fase produtiva, executa-se uma operação inversa: recontextualizam-se esses acontecimentos, mas num quadro diferente, dentro do noticiário. (WOLF, 2001, p. 244)

Além de Wolf, uma série de outros autores possuem estudos sobre a seleção de notícias, e estabelecem critérios de noticiabilidade, via de regra inspirados pelo conceito de *gatekeeper*, aplicado ao jornalismo no estudo de David Manning White, divulgado nos anos 1950 (SILVA, 2005, p.97). White aplica ao jornalismo o termo cunhado pelo psicólogo social Kurt Lewin, que buscou analisar quais padrões levavam a decisões na hora da escolha de alimentos para uma casa. Levada à produção de informação, a teoria compreende que as notícias passam por *gates*, ou seja, "portões", e o jornalista é o *gatekeeper*, o guardião destes portões, e é este indivíduo que irá definir o que deve ou não passar por este crivo e, consequentemente, ser

publicado (TRAQUINA, 2005, p.150).

Ao olhar incauto, a ideia de jornalismo enquanto a prática de selecionar, categorizar e hierarquizar informações (dando a estas uma estrutura narrativa lógica, e própria do campo dos media) é algo presente apenas no texto (ou áudio, vídeo, ou foto) final, na etapa em que a notícia se realiza enquanto um produto que vai ser consumido como informação. Este conjunto de regras, no entanto, perpassa toda a trajetória que uma notícia percorre até chegar a seu estado final. Quando um conjunto de editorias é definido em um veículo, isto é categorizar notícias (e o que será noticiável), quando um jornal dispõe de verba para que um repórter saia da redação para apurar fatos e dados, é uma maneira de selecionar o que pode ser noticiável, quando corta esta possibilidade e exige que tudo seja feito de dentro do escritório, é uma maneira de selecionar indiretamente a quais fontes se terá acesso, e a tendência é que a apuração fique focado naquelas fontes consideradas de maior importância.

A Folha de São Paulo considera, em seu Manual de Redação, que "hierarquizar as fontes de informação é fundamental na atividade jornalística" e, embora releve que "cabe ao profissional, apoiado em critérios de bom senso, determinar o grau de confiabilidade de suas fontes", estabelece quatro tipo diferentes de fonte, em ordem de importância (MANUAL DE REDAÇÃO, 2001, p. 37).

Ainda segundo o Manual, são fontes "tipo zero" documentos escritos ou gravados "sem deixar margem a dúvida", como "enciclopédias renomadas" e "documentos emitidos por instituição com credibilidade" (MANUAL DE REDAÇÃO, 2001 p. 37-38). Para o Jornal, este tipo de informação "prescinde de cruzamento", ou seja, seriam consideradas verdadeiras em si, sem precisar que a informação seja referendada por alguma outra pessoa, instituição ou documento. Já a fonte "tipo um" é considerada pelo jornal "a mais confiável no caso em que a fonte é uma pessoa", pois teria "histórico de confiabilidade", falaria "com conhecimento de causa", estaria "próxima do fato" e não teria "interesses imediatos na sua divulgação". É permitido ao repórter que publique uma informação cedida por esta fonte sem que haja checagem com outra para verificar a veracidade (MANUAL DE REDAÇÃO, 2001, p. 38).

Já a fonte "tipo dois" tem todo o histórico da sua predecessora, "menos o histórico de confiabilidade" e toda informação por ela repassada deve "ser cruzada com pelo menos mais uma fonte (do tipo um ou dois) antes de publicada" (MANUAL DE REDAÇÃO, 2001 p.38). Por fim, a fonte "tipo três" é "a de menor confiabilidade" pois, embora "bem informada", tem "interesses (políticos, econômicos, etc) que tornam suas informações nitidamente menos

confiáveis" e, para o jornal, há apenas duas situações em que uma informação repassada por alguém nesta condição pode ser publicada: como "simples ponto de partida para o trabalho jornalístico" ou "em coluna de bastidores, com a indicação explícita de que ainda se trata de rumor, informação não identificada" (MANUAL DE REDAÇÃO, 2001, p. 38).

2 – GÊNERO E JORNALISMO

2.1 – ORIGENS DO DEBATE FEMINISTA

O registro de luta das mulheres por igualdade de direitos, ou pelo menos, enfrentamento à posição de subalternidade é anterior à própria história do feminismo. Na Idade Média, na Europa, por exemplo, destacou-se a figura de Cristina de Pisan, que em uma era pré-burguesa conseguiu adentrar o seleto grupo de pessoas que presenciavam a vida da corte não pela nobreza de sangue, mas por meio de seu próprio trabalho no ofício de escritora, trabalho que, então, era de quase monopólio de membros do clero católico, naquela região (MACEDO, 1997).

Em meio a uma série de escritos cristãos – que marcam, em especial, a fase final de sua vida – Cristina de Pisan destacou-se ao polemizar com os intelectuais que reivindicavam, entre outros teólogos, o pensamento de São Tomás de Aquino, que via na mulher um ser imperfeito, incompleto e dependente do homem, este sim a criação divina por excelência. Contemporânea de Joana D'Arc, francesa que liderou as tropas de seu país na Guerra dos Cem Anos – e que acabou queimada, acusada de bruxaria –, em seus últimos anos de vida Pisan chegou a fazer um poema para a guerreira, em quem via a esperança de redenção para as mulheres e para a França (MACEDO, 1997).

O uso do termo feminismo, no entanto, relaciona-se com a modernidade, as revoluções industriais e com o processo de urbanização, em especial com o ritmo acelerado imposto a estes processos á partir do século XIX. Alves e Pitanguy (2007, p. 7), ao falar da dificuldade em definir "feminismo", consideram que "este termo traduz todo um processo que tem raízes no passado, que se constrói no cotidiano, e que não tem um ponto predeterminado de chegada".

O movimento das sufragistas, que lutavam pelo direito ao voto, marca o início deste processo, a ponto de ter ficado conhecido como a "primeira onda" do feminismo. O "sufragismo" é menos o nome de um movimento em específico, e mais um termo que funciona como um "guarda-chuva" para diferentes processos, que ocorreram em diferentes países do mundo ocidentalizado no intervalo de um século; mas, de maneira geral, surgem em contextos posteriores ao estabelecimento de democracias burguesas modernas, que instituíram-se à custa de uma efervescência do debate público e, muitas vezes, de violência e

revoluções - como no caso da pioneira Revolução Francesa (SAFFIOTI, 1979).

A Convenção dos Direitos da Mulher, convocado em Sêneca Falls, nos Estados Unidos, é considerado um marco para o início do "sufragismo" como um movimento. Por coincidência, o ano era 1848, conhecido como a "Primavera dos Povos" devido à série de revoluções levantes populares contra os antigos regimes monárquicos, após o fim da era Napoleônica. Segundo o apontamento de Miyares[4] (1999, apud MAYORGA et al, 2013) a Convenção adicionou o termo "e mulheres", após "homens", na Declaração da Independência dos Estados Unidos, que inicia-se com a frase: "Consideramos estas verdades por si mesmo evidentes, que todos os homens são criados iguais, sendo-lhes conferidos pelo seu Criador certos Direitos inalienáveis, entre os quais se contam a Vida, a Liberdade e a busca da Felicidade" (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 1776)

Uma série de jornais voltados ao público feminino foram fundados quando do surgimento da imprensa brasileira, no século XIX. Conforme era característica da imprensa deste período, estes veículos voltados às mulheres não contavam com a periodicidade e o profissionalismo da imprensa moderna; mais próximos aos folhetins políticos, eram produções que não tinham um intervalo definido entre um exemplar e outro e acabavam por encerrar suas atividades após um número pequeno de edições. Alguns deles eram fruto de iniciativas individuais, de mulheres que se colocavam na posição de defender os direitos femininos. Este processo, no entanto, não chega a converter-se em um movimento social organizado, e as primeiras manifestações reconhecidamente (e auto-intituladas) feministas no Brasil das quais têm-se notícia, que chegaram a criar estruturas e espaços institucionais apenas do início do século XX, com as iniciativas impulsionadas pela bióloga Bertha Lutz (SAFFIOTI, 1979).

Em visita à Europa, onde o feminismo inglês "se encontrava em uma de suas fases mais violentas" (SAFFIOTI, 1979, p. 257), Dr.ª Bertha teve contato com ideais de igualdade entre os sexos e retorna a seu país de origem decidida a empunhar esta bandeira de igualdade. Em 1919, é eleita uma das duas delegadas brasileiras à Conselho Feminino Internacional da Organização Internacional do Trabalho (OIT), posteriormente vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU); o debate trabalhista, aliás, é um dos eixos estruturantes do movimento feminista do país desde este primeiro momento, e a defesa de direitos relacionados ao trabalho feminino são em grande medida motivadores da luta pelo voto.

4 MIYARES, Alicia. "1848: El manifiesto de 'Seneca Falls'". *Revista Leviatan*, Madrid, n. 75, p. 135-158, primavera 1999.

Em 1922 é fundada a Federação Brasileira pelo Progresso da Ciência (F.B.P.F.), por Lutz, no Rio de Janeiro, com as questões trabalhistas, a educação feminina, a maternidade (e infância) e a entrada da mulher no espaço público como seus princípios orientadores fundacionais, de acordo com o estatuto da entidade (SAFFIOTI, 1979).

A conquista do direito ao voto no país veio na esteira dos Estados Unidos (cujo Senado aprovou o voto sem distinção de sexo em 1920) e da Inglaterra (que estendeu às mulheres acima de 21 anos, em pé de igualdade com os homens, o direito ao voto) impulsionado pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), que faz um trabalho de convencimento junto a políticos homens.

2.2 – O GENÊNERO ENQUANTO CONSTRUÇÃO SOCIAL E O MITO DO ETERNO FEMININO

A ideia de que o gênero provém não da natureza humana, de uma sua ontologia, mas de uma construção social, é estruturante deste trabalho. Pierre Bourdieu, em "A Dominação Masculina" (2012), fala de uma ordem sexual normatizada, que se estrutura na alternativa entre homem e mulher, na heterossexualidade e no patriarcado.

O sociólogo atenta para o fato de que as relações entre os sexos transformaram-se menos do que faz crer uma observação superficial, ou seja, há um discurso de mudança em torno da questão do gênero (em especial relativa ao papel da mulher na sociedade) que, ao se analisar as estruturas sociais objetivas e cognitivas percebe-se que são mudanças mais do campo da aparência, que não alteraram o caráter androcêntrico da sociedade (BORDIEU, 2012).

Bourdieu então coloca uma questão: "quais são os mecanismos históricos que são responsáveis pela des-historicização e pela eternização das estruturas da divisão sexual e dos princípios de divisão correspondentes" (BORDIEU, 2012, p.5), ou seja, tanto as estruturas sociais que geram a divisão sexual da sociedade, quanto os princípios que norteiam esta divisão (os valores, a moral) são processos sociais que são naturalizados, tomados como eternos e a-históricos. Aquilo que na ha história aparece como "eterno" nada mais é do que o produto de instituições sociais como a família, a Igreja e a escola, em uma ordem e, em outra, o jornalismo e o esporte (cada uma com suas especificidades). O papel da ciência, aqui, seria o de "devolver à ação histórica" a relação entre os sexos.

Uma mobilização no sentido de neutralizar estes mecanismos de neutralização da história é, para o teórico, algo inserido não apenas no campo da ciência, mas também no da política. Bourdieu (2012) defende, portanto, uma ação organizada de resistência das mulheres, que possibilitem mudanças jurídicas e políticas; estas ações devem combater tanto a ideia de o sexo chamado frágil deve se resignar sobre a diferença entre os sexos, quanto as iniciativas de individualistas de rompimento, *happenings* discursivos, rupturas heroicas da vida cotidiana que orientam algumas doutrinas feministas , mas geram um resultado muito pontual e incerto.

3 – MARCHA DAS VADIAS E MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS

3.1 – CONTEXTO

Em parte pela pressão de movimentos ligados às mulheres e aos LGBT (e pela consequente reação de setores contrários a estas bandeiras, como religiosos) os temas correlatos cumprem papel de destaque inclusive na disputa pelo poder. No Brasil, a eleição presidencial de 2010 foi marcada pelo debate em torno do aborto, cuja legalização e descriminalização são bandeiras históricas do movimento feminista. Em especial no segundo turno, com a disputa entre a candidata do Partido dos Trabalhadores, Dilma Roussef, e do Partido Social Democrata Brasileiro, José Serra, o tema ganhou centralidade em debates e programas televisivos. José Serra buscou associar a ideia de "feminista pró-aborto" (e, portanto, contra a vida) à sua adversária, em uma tentativa de retirar votos de setores religiosos, em especial cristãos (católicos e evangélicos). Dilma, por sua vez, buscou descolar sua imagem à tradição petista de defesa das bandeiras dos movimentos feministas, e chegou a firmar uma "Carta com o Povo de Deus". (MACHADO, 2012).

Há um processo de efervescência social pós-queda do Muro de Berlim e pós-onda ecológica. Pouco tempo após a explosão da atual crise econômica, em 2008, com a explosão da bolha econômica do setor imobiliário, nos Estados Unidos, movimentos sociais ligados à juventude eclodiram em diversos locais do mundo. A Grécia, na Europa, e o Chile, na América do Sul, foram dois dos primeiro países em que este processo ocorreu, com pautas ligada à educação e ao movimento estudantil universitário, em 2008.

Mas foi a partir de 2011, com a chamada "Primavera Árabe" e com os movimento "Occupy" que estes movimentos passaram a ter um padrão. No Oriente Médio, o países como Egito e Síria enfrentaram lutas cuja motivação principal foi a defesa de pautas democráticas ante governos de regime não democrático e fundados no fundamentalismo religioso. Além da unidade geopolítica, que motivou jovens de diferentes nacionalidades sob regimes similares a pleitear pautas semelhantes, a forma destes movimentos chamou a atenção; a ocupação de praças com presença física, barracas, organização própria. A Praça Tahrir, no Cairo, virou um símbolo destes processos.

Na mesma época a juventude grega, que havia iniciado lutas pontuais anos antes, é protagonista de um processo de enfrentamento à crise econômica (e às medidas de

austeridade) naquele país que acirra a luta de classes e coloca trabalhadores de todas as idades na rua, inclusive com alta incidência de suicídios decorrentes da derrocada econômica.

Nos Estados Unidos, país que desencadeou a crise econômica, o modelo de protestos europeus, de ocupação do espaço público com uma pauta não necessariamente reivindicatória, mas de revolta com uma estrutura socioeconômica opressora, ganha força, em um primeiro momento na capital do país, Washington, que dá origem ao "*Occupy D.C.*" (algo como "Ocupe o Distrito Federal", em uma tradução livre). Em Nova York, coração financeiro da maior potência capitalista, a ida às ruas vem acompanhada de ímpetos violentos contra o sistema financeiro, visto como o principal causador da crise de 2009 (e, consequentemente, da pauperização da vida destes cidadãos) com a destruição de sedes de bancos e outras instituições financeiras.

De maneira tangencial, a questão do gênero esteve presente nestas manifestações. No mundo árabe a luta contra o fundamentalismo islâmico, além de político, é cultural, e passa pela incorporação de direitos das mulheres.

Além desta pauta reivindicatória mais direta, um protesto cuja natureza é a ocupação do espaço público passa necessariamente pela questão de gênero. Afinal, este espaço público será ocupado por aqueles que tradicionalmente possuem o monopólio do direito à esfera pública: os homens? Esta ocupação tem força para romper a barreira do doméstico, destinado às mulheres, ou ela busca mudar as estruturas política e bate na trave quando se trata de questões de gênero? São questões em aberto, e a própria luta política vem dado estas respostas. Na Turquia, na recente ocupação da Praça Taksim, movimentos feministas organizaram-se para que, naquele espaço de efervescência cultural e política, houvesse segurança para a permanência de mulheres, ao contrário do que ocorreu na Praça Tahrir, onde os índices de estupro e violência contra a mulher foram altos.

Neste caso não são as forças mantenedoras da ordem (o exército do ditador sírio Bashar Al-Assad ou a polícia nova iorquina que buscou retirar os ocupantes da rua) que batalham para impedir a organização de forças de oposição. O próprio movimento, ao ser espaço em que a violência contra a mulher é uma ameaça constante, impele o sexo feminino a voltar para o ambiente doméstico. Uma vez lá e não participando dos processos de transformação, as mulheres deixam de ser sujeitos em um processo de transformação da forma de se organizar o poder, poder este que estrutura-se no machismo e patriarcado.

3.2 – ORIGEM DA "MARCHA DAS VADIAS"

A origem da "Marcha das Vadias" data de 2011 na cidade de Toronto, no Canadá. Na ocasião, um policial foi à Universidade de Toronto proferir uma palestra sobre medidas de segurança. Às mulheres recomendou que não utilizassem "roupas de vadia" ("*slut*", no termo em inglês) para evitar ataques vindos de homens, em especial estupro.

Ao protestar contra esta palestra, o movimento contesta a noção de que as causas do estupro estão relacionadas ao comportamento feminino, ao uso de roupas "provocativas", a mulheres que "atrevem-se" a caminhar em locais e horários considerados impróprios para alguém do sexo feminino. Esta noção compreende que, ao ter este tipo de comportamento, a mulher se coloca disponível para a atividade sexual e gerando vontade no homem de satisfazer um impulso. Ao contestar este conjunto de crenças, o movimento defende que as causas do estupro (e da violência contra a mulher de maneira geral) estão ligadas àqueles que consumam a violência em um ato prático e às noções de que a mulher é um ser submisso, socialmente construídas.

Aqui há a reapropriação do termo "vadia", inicialmente considerado chulo e ofensivo, similar a "prostituta", embora não necessariamente diga respeito à atividade de venda do corpo para satisfação sexual alheia, mas esteja mais ligado a um conjunto de comportamentos (vestir-se com pouca roupa, aceitar fazer sexo com um homem facilmente, entre outros) relacionados à prostituição (no inglês, o paralelo entre "*slut*" e "*whore*" ou "*prostitute*" é similar; o primeiro diz mais respeito a atitudes e o segundo e terceiro à atividade de profissionais do sexo).

Inicialmente centrado em torno da questão da vestimento, em função do latente debate sobre a origem da violência, o movimento rapidamente passa a abarcar estas outras esfera do comportamento ligadas ao termo, que incidem nevralgicamente naquilo que é reconhecido como o papel feminino, que para além de prever o local destinado à mulher (âmbito doméstico) diz respeito à constituição do ser feminino (SAFFIOTI, 1979).

Ao defender que a mulher é livre para escolher suas vestimentas sem a necessidade de que esta seja validada pela opinião masculina; e que esta pode decidir sobre sua própria vida sexual, há um abalo na estrutura do patriarcado, que além dos aspectos econômicos, depende da constituição de um senso comum, de um domínio ideológico de que os papéis de gênero são pré-definidos (MORAES, 2002).

Ao negar a mercantilização do corpo da mulher, o movimento feminista, tradicionalmente, rejeitou completamente qualquer relação da mulher com o corpo, com a sexualidade. Debates contemporâneos incorporam a questão da mercantilização ao direito ao livre exercício da sexualidade

Nesta tradição de negação total da mercantilização, parte do feminismo chega, por caminhos diferentes, a opiniões que coincidem com aquela que é dominante da sociedade machista: ser "vadia" é ruim. A "Marcha das Vadias" desloca o debate sobre a mercantilização do corpo da mulher; usar uma roupa em que o corpo fique à mostra, exibir sua sexualidade em público não é algo ruim; pelo contrário, caso este seja o desejo da mulher, é preciso que ela tenha o direito a fazê-lo sem correr o risco de ser atacada sexualmente. Em um contexto em que a sexualidade feminina é ultra exposta – desde que para satisfazer o desejo masculino – não se prega o enclausuramento desta no âmbito doméstico, e sim o oposto, a liberdade de que esta sexualidade possa se manifestar livremente, conforma a vontade do sujeito, e não a partir de expectativas impostas por terceiros.

Com a internet, a Marcha tomou proporções mundiais, de maneira espontânea. As notícias (do incidente com o policial, em princípio, e do protesto, logo após) percorreram o mundo. A nomenclatura inusitada e quase cômica ("*Slutwalk*"), ajudou a chamar a atenção.

No Brasil, a primeira manifestação do gênero ocorreu em São Paulo em 4 de junho de 2011, em um contexto mais de "marchas" e ocupação do espaço público do que de efervescência do debate feminista.

A proibição da realização da Marcha da Maconha naquele ano, por parte do Poder Judiciário de alguns estados, levantou o debate sobre a relação entre Estado e movimentos sociais. O protesto, que ocorre no Brasil desde 2002, para defender a legalização da maconha e outras drogas, foi proibido pelo seu caráter supostamente apologético à utilização de substância ilícitas.

A desobediência à determinação judicial gerou retaliação por parte da Polícia Militar (PM) de São Paulo, que buscou enfrentou os manifestantes, causando comoção. A ação deu origem a uma comoção, que motivou a realização da "Marcha da Liberdade", que teve como mote a liberdade de ocupação do espaço público, e como forma uma passeata com misto de manifestações artísticas

Ambas manifestações tiveram repercussão na imprensa nacional e ganharam versões em outras cidades. A "Marcha da Maconha" já contava com datas marcadas em outras cidades. Já

a da Liberdade, que tinha como motivo de existência a reação à postura policial na cidade de São Paulo, foi incorporada por outras localidades como uma defesa do direito à ocupação do espaço público.

Em Curitiba a Marcha das Vadias iniciou em 2011 com um grupo auto-organizado que se encontrou pela internet e, desde então, ocorre anualmente, ganhando novas edições em 2012 e 2013.

4. A "MARCHA DAS VADIAS" NA "TRIBUNA DO PARANÁ"

4.1 – METODOLOGIA

Este trabalho tem como objetivo analisar a cobertura da "Marcha das Vadias" de Curitiba feita pela "Tribuna do Paraná" no ano de 2011, além de apreender de que maneira o jornal retratava a mulher em suas páginas, no mesmo período, a fim de perceber se há uma interface entre estes diferentes momentos da cobertura jornalística e de que maneira as notícias que envolvem a construção de uma noção de mulher se relacionam.

Para tal foram analisadas todas as edições deste periódico no mês de julho de 2011, durante o qual ocorreu o referido protesto. Foram lidas todas as reportagens e selecionadas aqueles que faziam referência explicita à "Marcha das Vadias", bem como todas aquelas presentes no caderno policial em que uma mulher figura como uma das personagens principais do crime noticiado, além de notícias de diferentes editorias que tinham como destaque a imagem de figuras femininas.

A coleta de dados deu-se à partir da orientação de Santos (2007), segundo o qual a leitura das fontes passa por um encontro do que está presente na realidade analisada convergindo com uma leitura teórica prévia à partir da qual estabeleceu-se possíveis caminhos a serem trilhados nesta leitura que antecedeu a análise e que orientou de que maneira identificar em um produto jornalístico produções que poderiam dar indícios da maneira que a mulher é retratada por um veículo.

Partiu-se da compreensão de Beauvoir (1991) de que o conceito de "mulher" não é algo natural, uma atribuição fisiológica, mas algo oriundo de uma construção social. O jornal (e o jornalismo, especificamente) cumpre um papel de mediar o debate na sociedade civil, e é uma das instituições à partir do qual esta ideia de "mulher" é construída.

Inserida em um contexto de mudanças tanto por parte dos debates do feminismo quanto das forma de organização dos movimentos sociais, a "Marcha das Vadias" tem como especificidade de questionar exatamente esta referida estrutura, em que a constituição de papéis de gênero impositivos tem como consequência a constituição de opressões, como o machismo e a LGBTfobia. A razão de existência do movimento, portanto, estabelece um diálogo direto com o objeto deste trabalho.

A escolha da "Tribuna do Paraná" foi precedida da definição pelo jornalismo impresso diário, por ser um veículo que tem o jornalismo (e não a publicidade ou o entretenimento)

como sua atividade principal. Soma-se a isso a análise feito por Buitoni (1981) de que o jornal impresso é, por excelência, campo de um jornalismo considerado "masculino", tendo em vista tanto seu público-leitor como os assuntos abordados.

Por ter seu público centrado nas classes "C" e "D", este periódico é considerado um jornal "popular" e conta com um enfoque prioritário à editoria conhecida como policial, com notícias de crimes. Estabeleceu-se a hipótese de que as notícias que abordassem as mulheres neste caderno poderiam utilizar uma linguagem semelhante àquela usada na cobertura policial: próxima ao cômico e com um processo de desumanização de seus personagens. Estabeleceu-se, portanto, de antemão, duas categorias de análise para a leitura das fontes: a visão de mulher à partir da cobertura da "Marcha das Vadias" e a imagem de mulher construída nas páginas do caderno policial.

Com a leitura das fontes emergiu uma terceira categoria, de mulher objetificada; em um primeiro momento à partir da presença de imagens erotizadas de mulheres, seja em casos em que as imagens relacionavam-se com alguma informação presente em reportagem ou quando a simples imagem de uma mulher sexualizada era o conjunto da informação.

Esta terceira categoria, de mulher objetificada, foi relacionada com o debate feito por Naomi Wolf (1992), de que uma das formas contemporâneas de dominação masculina é submeter as mulheres ao "mito da beleza", uma série de preceitos que, se tomados pela superfície, dizem respeito a um padrão de aparência; mas que carregam consigo uma carga forte de imposições ao comportamento feminino. À partir deste debate, somou-se a esta categoria de mulher objetificada, uma série de reportagens relacionadas à saúde da mulher que abordavam patologias ou dicas de cuidados com o corpo oriundas deste preceito de ideal de beleza descrito pela autora.

A partir destas três categorias foi elencada uma série de reportagens que serão analisadas em sua relação com o contexto mais amplo das editorias em que estão situadas, bem como em uma relação mais ampla com o assunto abordado. Além disso será feita uma análise para estabelecer uma comparação entre estes diferentes momentos de abordagem do feminino, na busca de compreender suas semelhanças e divergências, e qual diálogo pode ser estabelecido entre estas reportagens, em uma tentativa de compreender se é possível estabelecer uma unidade que embase uma compreensão editorial una de qual o papel da mulher.

4.2 – JORNAL ANALISADO

A "Tribuna do Paraná", jornal analisado neste trabalho – no período de julho de 2011 – é um jornal impresso diário com circulação em Curitiba, capital do Paraná, e na Região Metropolitana de Curitiba, cidades do entorno da capital. Segundo dados de 2013, obtidos no *site* do grupo que detém o jornal, a publicação conta diariamente com cerca de 300 mil leitores, que representam 39% dos leitores de jornal de Curitiba e Região Metropolitana (GAZETA JORNAIS, s/d).

A "Tribuna do Paraná" pratica aquilo que é conhecido como "jornalismo popular", voltado às classes C e D, e esta segmentação de público influencia a linguagem, a maneira com que as informações são apresentadas e o que é noticiado. O jornal analisado trabalha com o formato de folha o alemão *berliner*, similar ao tabloide (que, devido à sua utilização por popularescos na Inglaterra, tornou-se sinônimo de jornal sensacionalista); o tamanho menor da página em relação ao que é comumente praticado no mercado gera uma limitação de espaço para o tamanho dos textos jornalísticos; raramente uma reportagem ocupa a página inteira – as exceções ficam com as sessões de esportes e com o caderno semanal de saúde – e não há, no período analisado, nenhuma reportagem que tenha utilizado mais de uma página. Ao contrário de ser uma limitação, o espaço reduzido vai de encontro a uma opção editorial de produzir notícias com textos curtos, de três a quatro parágrafos, o que os torna mais palatáveis a um público supostamente pouco escolarizado, e com pouca familiaridade com a leitura.

Apesar de ser dividida em editorias conforme áreas de interesse, a "Tribuna do Paraná" é publicada em apenas um caderno, de forma que a primeira e a última página do jornal são espelhadas, o que é facilitado por seu número reduzido de páginas e pela opção por um formato de folha menor, de fácil manuseio. Não é o que ocorre, por exemplo, com os jornais em formato *standart* referidos, que trazem separadamente os cadernos, facilitando a leitura individual de cada um deles.

O jornal analisado possui três editorias diárias: Dia a Dia, em que são compiladas as notícias chamadas *hard news*, com temas de política, economia e cidadania, nacional e internacional; De Letra, com noticiário esportivo focado na cobertura regional, em especial futebolística, que ocupa o maior número de páginas, sendo um dos carros-chefe da publicação; e Segurança Pública, com o que é conhecido como jornalismo policial, com

informações sobre crimes, prisões e informações da polícia e, apesar de não ocupar um número grande de páginas, é uma editoria de destaque, em geral as chamadas para notícias desta editoria ocupam boa parte das chamadas de capa do jornal. Aos domingos, a editoria Segurança Pública não circula; as notícias policiais, no entanto, permanecem, porém na sessão Dia a Dia.

Além destas três editorias fixas, há um caderno de cultura intermitente, denominado Tribuna Pop, que foca em notícias relacionadas a personalidades da TV, do cinema e da música, mais do que em ser um caderno de serviços para informar o público sobre atrações locais; às quartas-feiras, circula o supolemento "Mais Saúde", que conta com reportagens mais longas, em geral de página inteira, e cujo foco é em prevenção e em alertar a população sobre cuidados básicos com a saúde; por fim, o jornal dedica várias de suas páginas à publicação de editais do governo do estado do Paraná, em espaço pago pelo poder público que, em geral, é colocado entre a editoria "De Letra" e a "Segurança Pública".

4.3 – CATEGORIAS DE ANÁLISE

A análise apresentada neste trabalho foi realizada a partir de quatro categorias de análise, definidas a seguir:

4.3.1 – A MULHER OBJETIFICADA

Ao fazer um levantamento sobre a presença da imagem feminina na publicidade brasileira, historicamente e nos dias de hoje, as professoras Angela Schaun e Rosana Schwartz, do curso de Jornalismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, datam o início da utilização da mulher enquanto "objeto erótico" no Brasil no início da colonização portuguesa no país, a partir do contato de lusos com ameríndios, e com a culpabilização das mulheres indígenas – que não possuíam costume de utilizar vestes – pelas violências sexuais que estas sofreram (SCHAUN e SCHWARTZ, 2008, p.2). Para as autoras, constituem-se no Brasil dois grandes ideais de imagem feminina, que coexistem e se opõe, o mulher "objeto sexual", erotizada, sensual, e o de "esposas submissas"; no entanto, "historicamente as imagens femininas foram associadas ao desejo, nas artes visuais, mesmo quando apenas mostrava partes do seu corpo" (SCHAUN e SCHWARTZ, 2008, p.3).

As autoras argumentam que o corpo feminino foi, historicamente, relacionado ao desejo e, no capitalismo contemporâneo, as imagens eróticas (que têm no corpo feminino suas principais representantes) passam a estar aliadas ao comércio, de forma a incentivar o consumo. Os anúncios publicitários, então, passaram a utilizar imagens erotizadas, mesmo quando o erotismo não relacionava-se ao objeto; nestes casos é possível perceber elementos que de "subjetividades de obtenção ou de posse, da modelo e não do objeto, como a do remédio Ventre – San [destinado a combater a prisão de ventre]" (SCHAUN e SCHWARTZ, 2008, p. 6).

Esta relação de posse em relação ao corpo erotizado demonstra que há uma unidade no processo de submissão entre os papéis aparentemente opostos atribuídos às mulheres, de objeto sexual e de submissão familiar: em ambos os casos há um elemento exterior ao indivíduo – seja um esposo ou uma sociedade que determina valores de vestimenta - que tem o direito de posse em relação a seu corpo.

Para a feminista norte-americana Naomi Wolf , o conceito de "mito da beleza" está no cerne da maneira que a sociedade contemporânea lida com a dominação da mulher, processo que foi acelerado após a fase de conquistas de direitos das mulheres que teriam eclodido a partir do início dos anos 1970 (WOLF, 1992).

A autora traça uma relação direta entre a conquista de direitos legais (como o controle da reprodução, que dá à mulher o direito de submeter-se ou não a uma gravidez) e de poder em espaços tradicionalmente masculinos como a política, as universidades e os negócios, e o crescimento da imposição de padrões de beleza, proporcionalmente.

A relação do corpo feminino com o belo que é sinônimo de sexualidade e, consequentemente, de dominação sexual, estende padrões de comportamento ao conjunto das mulheres, para a autora, que explica qual o argumento que está por trás ideal:

> O mito da beleza tem uma história a contar. A qualidade chamada "beleza" existe de forma objetiva e universal. As mulheres devem querer encarná-la, e os homens devem querer possuir mulheres que a encarnem. Encarnar a beleza é uma obrigação para as mulheres, não para os homens, situação esta necessária e natural por ser biológica, sexual e evolutiva. Os homens fortes lutam pelas mulheres belas, e as mulheres belas têm maior sucesso na reprodução. A beleza da mulher tem relação com sua fertilidade; e, como esse sistema se baseia na seleção natural, ele é inevitável e imutável. (WOLF, 1992, p. 14-15)

Esta mulher sensualizada está presente de maneira constante dentre os periódicos analisados para este trabalho no caderno "Tribuna Pop", que engloba o que é chamado

popularmente de editoria de cultura, com notícias sobre televisão, cinema, música e a vida dos famosos. Na edição de 17 de julho de 2011, por exemplo, uma reportagem intitulada "A Bela" anuncia a estreia da série televisiva "As Brasileiras", na Rede Globo, que traria como uma de suas personagens protagonistas a cantora Sandy (A BELA, 2011). Não há indícios no texto de que a beleza feminina seja a temática principal da atração ou que tenha sido o critério definidor na escolha dos atores principais, o que dá a entender que a escolha do termo "bela" não possuí relação com a informação que está sendo passada – a estreia de "As Brasileiras" – mas que, por ser uma característica explícita da artista mencionada, é uma informação que merece aparecer em papel de destaque.

A contar pelo título e pela primeira frase – "Sandy vai fazer par com Pedro Naschling na série *As Brasileiras*, prevista para estrear ainda este ano na Globo" (A BELA, 2011) – deduz-se que o "gancho" da notícia, o fato que torna esta informação importante para ser publicada em um jornal diário, não é a existência da atração televisiva, mas o fato de que Sandy fará algum trabalho, fato que ganha relevância por ela, além de famosa, ser considerada bonita. Esta constatação é reforçada pelo fato de a matéria é ilustrada com uma foto da cantora com um vestido curto, que termina pouco abaixo da linha do seu quadril, e em uma pose considerada sensual, de lado, com as pernas entreabertas, envolvendo o encosto de uma cadeira. O espaço ocupado pela imagem é similar, em tamanho, ao do texto da mesma reportagem, e ela aparece com destaque em relação às outras imagens, sua altura ocupa cerca de metade da página do jornal, em uma página colorida (que, por ser mais cara, é destinada a notícias consideradas maís importantes).

Tomado de maneira individual, este caso já possuí algumas peculiaridades que demonstram que a figura de uma mulher sensual foi supervalorizada, ou ainda, que a presença da figura feminina é tão ou mais importante do que a informação noticiosa que há por trás. A presença de "bela" no título, abdicando de usar este importante espaço para explicar a temática da matéria, a foto sensual – e não há justificava aparente para a escolha dessa e não de uma imagem da atriz em outro contexto – em tamanho de destaque.

Mas este não é um caso isolado. Há uma constate de imagens femininas erotizadas na editoria, e o fato de uma informação ou fato darem a possibilidade da utilização de uma foto feminina sexualizada aparenta ser até mesmo um critério de noticiabilidade. Em algumas reportagens que possuem estas características, a notícia traz um acontecimento que pode ser considerado de pouca relevância, mas que, por terem como personagens mulheres belas

famosas, acabam ganhando destaque e virando notícia. Em outros casos, é apresentada uma notícia genérica que tem como uma de suas personagens – não necessariamente a principal – a mulher que é retratada na imagem.

Na edição de 22 de julho de 2011, por exemplo, a reportagem intitulada "Malícia" (MALICIA, 2011) relata o episódio do programa televisivo de nome homônimo, exibido pelo canal Multishow, em que as apresentadores fazem um *striptease*. O texto é envolto por duas fotos, de duas das apresentadoras, que aparecem de costas, vestindo apenas a parte de baixo de um biquíni; na diagramação, as imagens foram cortadas um pouco abaixo dos glúteos. Embora o tema aqui seja uma cena em específico do terceiro episódio – sequer é o episódio de estreia, que costuma ser mais noticiável por ser o primeiro de um programa ou temporada – de um programa da TV paga, que tem um número de espectadores inferior ao da TV aberta (em especial dentre as classes populares, público-alvo da "Tribuna do Paraná"), a possibilidade de publicar as fotos referidas e de relatar no texto cenas que supostamente alimentam o desejo sexual de um homem heterossexual faz com que a matéria emerja a um papel de destaque na publicação.

Já na edição do dia 6 de julho daquele ano, há uma reportagem produzida pela agência de notícias Agência Estado, publicada pela "Tribuna do Paraná", relatando o sucesso do lançamento do filme "Transformers: O Lado Oculto da Lua", terceiro episódio de uma série cinematográfica que conta a história da luta entre robôs gigantes (BILHETERIA, 2011). Apenas os dois primeiros parágrafos da notícia da agência, que dá destaque à bilheteria e traz informações sobre a ficha técnica do filme foram publicados; após esta introdução, há um subtítulo para relatar a polêmica que levou à saída do elenco da atriz Megan Fox, presente nos dois primeiros episódios da saga. Ao lado da notícia figura uma foto colorida da atriz com um vestido que termina pouco abaixo de sua cintura, levemente erguido do lado direito, e com um decote que deixa parte de seus seios à mostra. A informação relativa à bilheteria (que ocorrera naquela semana) em termos cinematográficos pode ser considerada mais relevante jornalisticamente do que uma troca de elenco que havia ocorrido meses antes e após a qual diversas outras informações sobre a película já haviam sido publicadas em veículos especializados. No entanto, o trecho da notícia destinado à beldade – que possibilita a publicação de uma foto ao lado do texto – ocupa cerca da metade do espaço do que esta informação considerada mais factual.

A mulher como um objeto sexual também figura nos jornais analisados na coluna "Triboladas", que aparece na última página da editoria De letra, assinada pelo colunista Dartagnan (por vezes chamado pelo apelido "Darta"). É um espaço recreativo e interativo do jornal, em que são publicadas piadas e textos em tom de humor, enviados abraços a conhecidos do colunista e a leitores e, todos os dias, é publicada a foto de uma mulher jovem, em pose sensual, acompanhada de um título – em geral um adjetivo como "sapeca" ou "tímida" - e de um pequeno texto humorístico em que o colunista cria uma suposta história sobre a moça em questão.

O tom informal do espaço é característico do gênero jornalístico coluna, que é redigido "em estilo mais livre e pessoal do que o noticiário comum", e compõe-se de "notas, sueltos, crônicas, artigos ou textos-legenda, podendo adotar, lado a lado, várias destas formas", segundo a conceituação de Rabaça e Barbosa citada por José Marques de Melo (2003, p. 140). Os autores também conceituam o gênero como possuidor de "um título ou cabeçalho constante" ("Triboladas", no caso analisado), e diagramado "geralmente numa posição fixa e sempre na mesma página o que facilita a sua localização imediata pelos leitores" (2003, p. 140), tal qual ocorre neste caso, em que a metade superior da última página da editoria esportiva é sempre destinada a este espaço, que possui uma diagramação própria em seu contorno e faz a utilização de cores (que não o preto) no texto.

Os assuntos abordados neste espaço não são de natureza esportiva por excelência; não há bastidores das agremiações esportivos, de seus atletas e torcedores, ou fatos históricos sobre o mundo dos esportes, por exemplo. No entanto, este espaço é mantido na editoria "De Letra" e não na área cultural, como é tradição de outros periódicos impressos, como a Gazeta do Povo e a Folha de S.Paulo, ao publicarem uma sessão de amenidades com piadas, horóscopo, ilustrações e afins. Esta opção da Tribuna do Paraná pode ser o de compilar temas considerados como masculinos; e Dartagnan produz um tipo de coluna que assemelha-se àquele produzido em programas esportivos radiofônicos produzidos na região, em especial futebolísticos, em que o tom jocoso é constante, e comentários sobre a qualidade técnica de jogadores e dirigentes mesclam-se com outros sobre orientação sexual, sobre possuir uma vida sexual muito ativo, etc. Estes temas, então, embora sejam diferentes, confluem neste cenário do jornalismo esportivo, o que justifica a escolha editorial do veículo de manter a coluna neste espaço.

A presença de uma mulher em posição sensual, por vezes seminua, é uma constante neste espaço – este tipo de imagem foi encontrado na totalidade dos jornais analisados, todos os dias da semana, do dia 1º a 31 de julho de 2011 – e é sempre acompanhada de uma comentário explicitamente irônico, muitas das vezes sendo nomeada (geralmente apenas com o primeiro nome), embora a veracidade da nomenclatura seja questionável. No dia em que ocorreu a Marcha das Vadias, em 16 de julho de 2011, a coluna trouxe a foto de uma moça loira, sob o título "Tabu": "A Linda está na torcida pra ver se o Atlético consegue hoje a primeira vitória no Brasileirão e também vencer o Vasco pela primeira vez em São Januário. E do jeito que o time está, ela terá que torcer muito mesmo" (DARTAGNAN, 2011, p. 21).

O tom irônico do texto é reforçado por a foto aparentar ser antiga em relação à sua publicação e retirada de uma banco de imagens, o que reforça a ideia de que a função da garota naquele espaço não é noticioso, a suposta Linda não está ali para informar sobre a situação das torcedores mulheres do referido clube; a legenda, também sem função informativa, cria um laço de proximidade da imagem, inicialmente genérica, com o leitor, ao inserir um componente familiar – a torcida para o Atlético Paranaense, um time da cidade de Curitiba, mesma onde se dá a base de circulação do jornal – e um estilo linguístico informal, que aproxima-se da oralidade (a compressão de "para" em "pra", a utilização da redundância "muito mesmo").

Ressalte-se que, apesar do texto descompromissado e dos assuntos amenos, a coluna é considerado um espaço de poder, criador de influência e formador de opinião pública, ainda mais do que o espaço exclusivamente noticioso do jornal. Marques de Melo explica que:

> Aparentemente a coluna tem caráter informativo, registrando apenas o que está acontecendo na sociedade. Mas, na prática, é uma seção que emite juízos de valor, com sutileza ou de modo ostensivo. O próprio ato de selecionar os fatos e os personagens a merecerem registro já revela o seu caráter opinativo (MELO, 2003, p. 142).

Esta emissão de juízo de valor, neste caso, não está relacionada a figuras da alta sociedade (como é o caso do colunismo social), mas na própria noção de o que deve ser considerado enquanto entretenimento, que é o papel que cabe a esta imagem feminina, cuja figura ocupa um papel de importância a ponto de aparecer em todas as edições da publicação, ocupando quase um terço da página em que é publicada, em termos de altura, em uma página colorida; esta importância dada à imagem, no entanto, não reflete-se na importância dada ao indivíduo que ali está. A moça, cujo nome verdadeiro foi possivelmente ignorado (salvo a

hipótese de ela, de fato, chamar-se Linda), não destaca-se por qualquer mérito que não seja a suposta beleza de seu corpo.

A figura feminina é, aqui, literalmente um objeto de consumo; sua função é chamar a atenção, gerar prazer em supostos leitores homens que tem a possibilidade de consumir não só o jornal, mas também a imagem feminina ali oferecida o que é, inclusivo, um atrativo comercial para a publicação.

Esta adequação corpórea a padrões também tem efeitos diretos na saúde feminina, e a autora dá ênfase ao crescimento de distúrbios alimentares que objetivam o emagrecimento e do mercado de cirurgias plásticas com fins estéticos, que teriam sido desenvolvidas "com o objetivo de voltar a exercer sobre as mulheres antigas formas de controle médico" (WOLF, 1992, p. 14).

Dentre os periódicos analisados para este trabalho, foram destacadas cinco reportagens dedicadas à saúde da mulher, presentes no caderno "Mais Saúde", suplemento semanal dedicado a temas de saúde que, no período analisado, foi publicado no jornal às quartas-feiras ("AS MAGRAS...," 2011; VAIDADE..., 2011; INIMIGA, 2011...; EXECUTIVAS...2011; PARA CADA MULHER..., 2011). Destas cinco, três abordam temas diretamente relacionados a distúrbios alimentares e outros conflitos entre a dedicação a um corpo saudável e a obtenção de uma silhueta dentro de padrões de belo aceitáveis ("AS MAGRAS...," 2011; VAIDADE..., 2011; INIMIGA, 2011).

Uma delas, "Inimiga Íntima" (2011), traz o termo "bulimia nervosa" no chapéu da matéria, termo curto que antecede o tema da matéria antes do título, que aparece em uma cor de destaque logo no início da página. Apesar de abordar um tema delicado e, de certo modo, técnico (há um conhecimento médico e psicológico por traz, o que não necessariamente ocorre em reportagens de outras editorias) o texto é simples e busca criar um laço de proximidade com a leitora, estilo similar ao de revistas femininas, como se falasse de amiga para amiga, e não um texto jornalístico pesado, informativo e impessoal. A começar pelo título, que opta por ser simples e chamativo no lugar de oferecer uma breve explicação sobre o conteúdo que estará contido no texto. O primeiro parágrafo demonstra este tom de proximidade:

> Geralmente, o "método" começa quando alguém, invariavelmente as meninas, conta para as outras que é uma maneira simples de perder e controlar o peso corporal. O distúrbio pode começar em uma idade muito jovem. Assim, a bulimia nervosa começa: dando a impressão de que elas podem comer qualquer coisa e em qualquer quantidade, mas nunca vão

> ganhar um quilo extra. É só ingerir qualquer tipo de alimentos altamente calóricos às pressas e depois disso, jogar tudo fora, forçando o vômito ou tomando alguns diuréticos ou laxantes para se livrar da comida a partir do intestino (INIMIGA ÍNTIMA, 2011, p. 6).

A estrutura textual foge ao lide tradicional. O tema da matéria – a bulimia nervosa – não fica claro já no início do texto; há até um termo catafórico utilizado para referir-se ao assunto principal antes mesmo de ele figurar para o leitor. Até algumas características da doença abordada (que pode ter início muito cedo, que relaciona-se com o controle do peso corporal, que atinge meninas e pode começar no boca-a-boca) são apresentadas antes do próprio tema. O redator parece querer demonstrar à leitora que está falando de algo que ocorre na realidade dela e não de um assunto denso, técnico e distante, e trabalha o texto para traduzir um tema sobre o qual a leitora precisa ser alertada, tanto que a opinião de uma especialista só aparece a partir do quarto parágrafo, para falar de sinônimas da doença.

O texto deixa claro que está abordando um distúrbio feminino. Além da presença da imagem de uma mulher cabisbaixa, descalça, ajoelhada em um banheiro, ao lado da matéria, já na primeira frase, ao contar a historinha da bulimia, explicita: "começa quando alguém, *invariavelmente as meninas*" (INIMIGA..., 2011, p.6, grifo nosso). Além do tom de informalidade, que busca conquistar uma leitora que não necessariamente tem o perfil de informar-se sobre saúde, a reportagem é marcada por um tom de alerta, quase de jornalismo de serviço. O tempo todo as causas e consequências da doença são relatadas, como se fosse praticamente um manual para detectar e combater a bulimia nervosa. À partir do depoimento da psicóloga entrevistada, a influência de ideias de beleza impositivos surge no texto; no entanto, aparecem dentro de uma série de outros fatores, como se houvesse um encadeamento de situações e não uma relação de origem. O tema aparece no subtítulo "Baixa autoestima":

> As causas do desenvolvimento da bulimia nervosa também são multifatoriais. *Para a psicóloga, de qualquer forma, a força da mídia e os ideais culturais de beleza são os grandes vilões da atualidade*. A característica de personalidade mais marcante em portadores de bulimia nervosa é a impulsividade. "Importante ressaltar que tal característica pode ir além do comportamento alimentar, e se estender para o uso de drogas e comportamento sexual inadequado", alerta (INIMIGA..., 2011, p. 6, grifo nosso).

À partir das discussões sobre "mito da beleza" (WOLF, 1992), a frase destacada para fins deste trabalho, no trecho acima, contém o cerne da explicação de como uma sociedade voltada para o culto a um corpo feminino que segue padrões de magreza gera distúrbios psicológicos que, por vezes, têm efeito alimentar e nutritivo. Mas, no texto, os valores

culturais não surgem enquanto premissa, fator gerador, mas como parte de uma série de explicações que são encadeadas lado a lado.

Duas semanas antes, na mesma editoria, uma entrevista com a escritora Bruna Gasgon, que escreveu o livro "Enfim Magra, e Agora?" aborda o tema da luta constante e não salutar por magreza das mulheres sob uma perspectiva um pouco diferente ("AS MAGRAS...", 2011). Perguntada sobre qual a razão da preocupação excessiva das mulheres com o próprio peso, a entrevistada citou a diminuição do peso das modelos de moda ocorrida a partir da década de 1960, e como isto instituiu um modelo de beleza que passou a tornar-se único, sem deixar espaço para corpos femininos curvilíneas. Mas a própria autora, ao ser questionada sobre qual a motivação real das mulheres para o emagrecimento, deixa claro:

> As mulheres querem ficar magras em 1.º lugar para causar inveja às inimigas. Em seguida para competir com as amigas. Depois para causar boa impressão nos homens e, depois, para serem aceitas pela sociedade. Em último lugar para satisfazerem elas mesmas. ("AS MAGRAS..., 2011)

Wolf (1992) aborda este mesmo processo em sua obra , sem negar a sua existência, mas colocando-o no patamar de algo socialmente construído, que não é natural; ou, ainda, que chega anti-natural, no sentido da evolução da espécie, em comparação ao comportamento de outros mamíferos, pois não é a beleza (e sim outras características de sobrevivência) o fator que deve determinar a escolha do parceiro sexual para reprodução. De qualquer forma, o que vem ao caso é que a competição entre mulheres melhores e piores, em uma escala hierárquica que tem nos padrões de beleza seu único critério, é instituída culturalmente. A beleza, para a autora, é uma estrutura de poder de manutenção da dominação masculina, que mantém as mulheres em disputa por recursos que aos homens é possível apenas apropriar-se.

4.3.2 – A MULHER NO CADERNO POLICIAL

A contar pelo número de páginas, a editoria "Segurança Pública" pode ser considerada como uma das menos importantes da "Tribuna do Paraná". Na prática, no entanto, as noticiais policiais são um dos grandes destaques do jornal. O noticiário policial da "Tribuna do Paraná" ganha importância por o jornal não contar com concorrentes comercialmente competitivos nesta área. Não há, no jornalismo impresso diário da região, nenhuma publicação com grande tiragem que noticie estes fatos. Há concorrentes no jornalismo de rádios AM, que vêm de uma tradição de informalidade e proximidade com o público, especial a rádio Banda B, que

conseguiu ampliar o seu público ao criar um portal de notícias na internet similar ao "Paraná-Online", da "Tribuna do Paraná".

Este noticiário chama a atenção por seu caráter sensacionalista, de uma violência banalizada que torna-se atraente ao olhar humano. Mas, além desta atração pelo policialesco, há o fato de referir-se a pessoas e fatos que vivem e ocorrem em bairros de periferia da região de Curitiba, população que figura nestas notícias e também as consome.

No período analisado, a mulher aparece como protagonista em 27 reportagens que figuram na editoria "Segurança Pública" e "Dia a dia". Além disso, em seis oportunidades as reportagens analisadas constavam como destaque na capa do jornal. Os dados sobre as reportagens analisadas encontram-se sintetizados na tabela abaixo:

	Vítima	Autora do crime	Pivô	Outros
Crime passional	3	2	3	0
Tráfico de drogas	6	3	0	0
Estupro	3	0	0	0
Assassinatos diversos	2	0	0	0
Trânsito	1	0	0	0
Roubo de bebê	0	1	0	0
Outros	1	0	0	2
Total	16 (59,3%)	6 (22,2%)	3 (11,1%)	2 (7,4%)

Tabela 1 – As notícias que retratam a mulher no caderno "Segurança Pública" e "Dia a Dia"
Fonte: Própria autora.

A mulher enquanto autora do crime é tratada como uma exceção, foge à ideia de mulher casta, ligada à maternidade, ao cuidado, e torna-se notícia enquanto regime de exceção. Em todas as reportagens analisadas, a referência à feminilidade está presente já no título da matéria e – quando há – na chamada na capa do jornal. Em alguns destes casos há uma referência direta ao gênero da pessoa envolvida no crime, como nas manchetes "Vovó do tráfico" (2011) e "Presa a mulher que roubou bebê" (2011). Em outros casos, embora não haja nenhum substantivo ou adjetivo com flexão de gênero que explicite quem foi o sujeito da ação, há referências indiretas à feminilidade, como em "Maridos enterrados" (DESLANDES, 2011e) – embora a reportagem pudesse ser referente a um homem homossexual que possuí um marido, a condição feminina fica explícita com as fotos das supostas criminosas, logo abaixo do título – e em "Droga íntima" (2011), título de uma matéria em que esposas foram

interceptadas tentando levar narcóticos para os seus maridos dentro da cadeia, em que surge a palavra intimidade, relacionada à vida privada, espaço tradicionalmente feminino.

Já as reportagens em que a mulher aparece como vítima direta de um crime ou fatalidade representam mais da metade das notícias analisadas neste caderno (dezesseis ao todo, o que equivale a cerca de 59,3%). Nestes casos, no entanto, o fato de que o indivíduo que sofreu com a criminalidade ou com a violência ser uma mulher aparece de forma explícita apenas em algumas situações. Há títulos como "Mata sem carteira" (BARROS, 2011B) e "Sabor da morte" (ULBRICH, 2011d), sobre uma mulher morta em acidente de trânsito e sobre uma moça cujo corpo foi encontrado em um poço, respectivamente, em que o gênero da vítima não aparece como destaque, é algo que só pode ser descoberto com a leitura da reportagem.

Enquanto na situação em que a mulher ocupa o papel considerado de "criminosa", em que há um suposto regime de exceção em relação ao papel pacifista atribuído à feminilidade, o gênero é constantemente ressaltado, o mesmo não ocorre neste segundo tipo de ocorrência no caderno policial. A partir da classificação de critérios de noticiabilidade utilizada pela professora Gislene Silva, do curso de jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), enquanto a mulher enquanto vítima da violência enquadra-se os valores-notícia "Tragédia/Drama" e "Justiça", que reúnem acidentes, violência, crimes, investigações, a mulher enquanto agente de atos criminosos, além de também estar enquadrada nas duas categorias referidas, também enquadra-se como "Polêmica" e "Raridade", categorias que referem-se a situações controversas, escândalos, ao inusitado (SILVA, 2005, p. 104-5).

Representando três das seis notícias desta categoria, as notícias com a temática "tráfico de drogas" deixam claro que a informação crucial para tornar estes casos notícia é o fato de terem sido praticados por mulheres, o que chega a aparecer em tom jocoso na nota "Vovó do tráfico" (2011), que conta a história da prisão de Maria Tereza de Oliveira Machado, de 59 anos, que foi autuada em flagrante portando "500 pedras de crack, 30 gramas de cocaína e notas de baixo valor" ("VOVÓ...", 2011, p. 29). A situação matrimonial de Maria Tereza ou o fato de ela possuir (ou não) filhos e netos não é citado no texto da reportagem que, aliás, é conciso e objetivo, informando apenas nome e idade da pessoa envolvida; onde e quando ocorreu a ocorrência, o crime alegado e para qual instituição policial ela foi encaminhada. O tom informativo do texto contrasta com o título irônico, que é redigido entre aspas – fora do padrão de títulos da publicação – o que demonstra que o termo é uma alcunha dada à pessoa

envolvida por sua ação (tráfico de drogas) ou por supostamente ter uma idade considerada avançada por quem cunhou o termo – seja o redator da notícia, a redação do jornal ou a própria polícia; o que não fica claro para o leitor – ou por possuir netos.

Duas reportagens desta categoria se destacam por relatarem crimes que podem ser subprodutos de violência doméstica . É o caso da "Garota, de 17 anos, mata marido de 55" (DESLANDES, 2011a). A presença das idades de ambos no título demonstra que esta informação é importante; não é um simples caso de esposa que matou o marido, mas de uma moça jovem assassinando um esposo 38 anos mais velho, com idade suficiente para ser o seu pai e até mesmo seu avô. No texto da notícia, a repórter não explicita que esta diferença de idade é grande ou relevante, mas rediz a frase: "De acordo com familiares da garota, que tem *apenas* 17 anos" (DESLANDES, 2011a, p. 22, grifo próprio). Neste caso, embora a jovem – cujo nome não é informado na notícia, possivelmente por ser menor de idade envolvida em uma situação de risco – seja a autora do gesto violento, sua ação é justificada pois, nas palavras dos familiares, a quem a jornalista dá voz:

> Ele era violento e ela cansou de apanhar [...] Em depoimento, a mãe da garota informou que o casal vivia junto há dois anos, e que a jovem teve um filho com ele. Diariamente, segundo a sogra [dele], Ademir ingeria bebida alcoólica, agredia e ameaçava a companheira, por ciúme (DESLANDES, 2011a, p. 22).

A idade da garota, neste caso, pode ter sido determinante para aparecer na condição de vítima da situação, ainda que ela seja a autora do crime. O próprio fato de estar casada (desde os 15 anos de idade) com um homem mais velho pode ter auxiliado a criar uma noção de que ela foi aliciada, induzida por um indivíduo mais experiente a envolver-se em uma relação amorosa, e por isso estaria em uma situação de desvantagem, não poder defender-se da agressão masculina.

Esta relação direta entre a violência doméstica e a falta de alternativa da esposa senão tirar a vida do marido, no caso da adolescente, não surge como uma elemento informativo na notícia "Maridos enterrados" (DESLANDES, 2011e), que traz em destaque no chapéu, logo acima da matéria, o termo "Viúvas-negras", em referência à raça de aranhas conhecidas popularmente por a fêmea tirar a vida do macho após a copulação. Marli Aparecida Margarefo Nunes, de 50 anos, e Adriana Teixeira Lima, de 26, são acusadas de terem participação nas mortes de seus respectivos maridos, assassinados por homens que teriam sido contratados (no caso de Marli) ou auxiliados (por Adriane) pelas respectivas esposas para cometer o crime. Em nenhum momento a reportagem cita a relação familiar das acusadas com os maridos

mortos. A informação que aparece como destaque – que diferencia esta notícia de outras ocorrências de morte doméstica, a ponto de ocupar quase meia página do jornal e contar com três fotografias – diz respeito as ações de Marli Aparecida. Esta teria oferecido a arma do crime e R$ 500,00 aos dois adolescentes responsáveis pela morte de Antônio Pereira de Melo, não pagou os garotos e teria "cedido um carro e a mesma arma a outros jovens, para matar os dois adolescentes" (DESLANDES, 2011e, p.22), segundo informações do superintendente da delegacia do Alto Maracanã, na cidade de Colombo, região metropolitana de Curitiba, único entrevistado cujas declarações aparecem entre aspas, na reportagem sobre este caso. É ele quem informa que a polícia acreditava que o crime estaria relacionado aos imóveis que Antônio possuía. Já no caso de Adriane não há qualquer referência à motivação do crime.

Numericamente, as notícias do caderno policial que envolvem crimes contra a mulher são mais da metade – correspondem a 59,3% dos casos – o que, em um primeiro momento, levam à conclusão de que há mais crimes praticados contra as mulheres do que cometidos por elas (22,2% dos casos, sendo que em 11,1% ela não foi vítima nem criminosa, mas pivô de um crime praticado entre outros homens, mas motivados pela disputa de uma mulher). Esta relação numérica vista pelas reportagens não necessariamente corresponde em proporção ao número de ocorrências de crimes praticados por e contra mulheres na realidade. Os critérios jornalísticos do veículo podem fazer com que alguns casos policiais sejam mais noticiados do que outros, por exemplo, e o jornal não pode ser tomado como um espelho daquilo que se verifica na realidade.

Para uma comparação entre aquilo que foi retratado no veículo com o ocorrido no mesmo período reside uma dificuldade no fato de não haver estatísticas que utilizem critérios semelhantes para tipificação de crimes. No caso de crimes praticados contra a mulher há dados similares, pois a legislação brasileira aproxima-se da compreensão de que há uma especificidade em crimes "contra a mulher" que devem ser diferenciados de crimes "contra a pessoa", em especial após a aprovação da Lei 11.340/06, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, que "cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher", segundo consta no texto de sua epígrafe (BRASIL, 2006).

Um aspecto ambíguo da referida Lei é sua restrição ao âmbito doméstico, seja no caso de crimes ocorridos na própria residência ou fora dela, mas em decorrência de relações íntimas familiares. O ato da violência doméstica, embora possa partir de qualquer lado, atinge em força as mulheres, tradicionalmente reclusas ao espaço privado, segundo argumenta a

estudiosa Maria Berenice Dias, que argumenta que a "ideologia patriarcal" e a "desigualdade sociocultural", que preconiza a superioridade do homem em relação às mulheres (eles com o que papel de provedores e elas de frágeis), geram um "ciclo de violência" no âmbito doméstico, na relação entre marido e esposa (DIAS, 2008, p. 15-16). Especialista no assunto, a desembargadora aposentada vê na Lei Maria da Penha um passo fundamental de reconhecimento da existência da violência doméstica e de sua gravidade:

> Até o advento da Lei Maria da Penha, a violência doméstica não mereceu a devida atenção, nem da sociedade, nem do legislador, e muito menos do Judiciário. Como eram situações que ocorriam no interior do "lar, doce lar", ninguém interferia. Afinal, "em briga de marido e mulher ninguém põe a colher"! (DIAS, 2008, p. 21).

Analisando a situação deste tipo de crime no Brasil da virada do século XIX para o XX – a partir do caso da morte do jornalista Euclides da Cunha, que enfrentou o amante de sua esposa em um duelo para lavar sua honra – a historiadora Mary Del Priore conta que, nesta época, a punição de uma mulher infiel a partir da tese da "legítima defesa da honra" era não só aceita como incentivada pela sociedade, inclusive pela imprensa e por juristas. O "passionalismo sanguinário", termo do criminalista Nelson Hungria citado pela historiadora, autorizava a morte da esposa adúltera "pelo bem do Estado" (DEL PRIORE, 2009, p. 16-17). A pesquisadora destaca o papel da imprensa da época, que "se tornara uma caixa de ressonância das ansiedades sociais, tornando mais tênue as divisões entre [...] vida privada e vida pública" (DEL PRIORE, 2009, p. 35). Embora argumente que, no caso em questões, jornalistas saíram em defesa do marido traído morto pela amizade e devoção que nutriam pelo escritor, a autora deixa claro que o incentivo à defesa da honra masculina era um lugar-comum na imprensa da época:

> Os crimes de adultério eram justificados na mentalidade popular em nome da defesa da honra. O *Correio da Manhã*, comentando um crime, condenava a mulher adúltera que "desceu de seu posto de mulher-esposa, tornando-se mulher-prostituta". O crime, justificava o articulista, deveu-se ao "desvario" do marido desafrontado em sua honra viril. Havia quem matasse até por "desconfiar da fidelidade" da esposa. Não só o desamor no casamento levava a abusos e agressões. A ameaça da quebra da supremacia do poder masculino era fator corriqueiro de desentendimento. O marido reagia ao ver os valores tradicionais abalados. (DEL PRIORE, 2009, p. 23)

Os crimes passionais figuram em oito das 27 reportagens analisadas no caderno "Segurança Pública" da "Tribuna do Paraná", o que corresponde a quase um terço do total de reportagens. Em um dos três casos em que a mulher aparece como vítima, resultou em morte da envolvida. Em duas delas, a notícia aparece em menor destaque na página, em apenas uma

coluna – a página do caderno é diagramada em cinco colunas – na parte inferior da página, em dois ou três parágrafos, e com uma altura inferior à metade da página.

Nestas três situações da mulher enquanto vítima de crime passional, há uma delas que figura em uma reportagem de destaque. "Futuro destroçado" (MONTEIRO, 2011b) conta a história de Carine Andréia dos Santos do Carmo, morta em frente à sua filha de quatro anos com um tiro na boca e outro na testa, proferidos por Maikon, o pai da criança. O destaque dado à tragédia de Carine, aparentemente, é antes pelo fato da cena ter sido presenciada por sua filha pequena do que pela morte relatada. No chapéu da reportagem – texto que antecede a notícia – a palavra "sozinha" aparece em destaque e, ao lado, o texto "Criança, de 4 anos, assiste ao pai matar a mãe com tiros na cabeça e corre pra rua pedir ajuda de desconhecida" (MONTEIRO, 2011b, p.23). O texto da notícia inicia com a mesma informação: "Uma menina, de apenas 4 anos, presenciou a morte da mãe, por volta das 20h de ontem" (MONTEIRO, 2011b, p.23) e o lide segue, informando o local do ocorrido, o nome do autor do crime, a maneira como a criança abordou uma mulher na rua em busca de ajuda (e até mesmo a frase proferida pela pequena no momento) quando, então, é revelado o nome da vítima, na última frase do primeiro parágrafo. Carine é a única vítima de crime passional, do período analisado, que teve o seu rosto publicado pelo jornal, em uma pequena foto que se sobrepõe a outra, maior, da casa em que ela morava e na qual ocorreu o crime. O texto dá destaque à história da criança (cujo nome não foi divulgado na reportagem), apresentada no lide, que é retomada com maiores detalhes no segundo parágrafo. A relação do casal – que poderia explicar a origem da desavença e a motivação do assassinato – é abordada no final do texto, no intertítulo "vizinhos", com a citação de uma vizinha que disse pouco conhecer o casal, que morava no local há dois meses, "mas outro dia presenciei os dois brigando. Ele xingava a mulher". Ao lado, o subtítulo "Longa ficha policial" traz, em dois parágrafos, um resumo de outras atividades criminosas de Maikon, como assalto e adulteração de chassi de carro; a foto dele também figura, ao lado da de Carine, no mesmo tamanho que a dela (MONTEIRO, 2011b).

Se, por um lado, o reconhecimento da gravidade (e da existência) da violência doméstica é considerado um avanço na defesa dos direitos das mulheres, por outro acaba por criar uma restrição, e outras ações criminosas que estão intrinsecamente relacionadas à condição feminina mas que não são necessariamente praticadas por esposo ou cônjuge, como é o caso do estupro e do assédio sexual – ambos casos que até podem ser cometidos por

mulheres mas, normalmente, estão relacionados com a já citada "ideologia patriarcal" que cria um sentimento de superioridade e de posse dos homens em relação ao corpo feminino – ficam de fora deste escopo de crimes contra as mulheres.

Na opinião de alguns doutrinadores do direito esta exclusão é necessária, e a Lei Maria da Penha chegou a receber críticas pelo extremo oposto, justamente por considerar que "pela interpretação literal da lei, qualquer crime contra a mulher seria violência doméstica e familiar", argumento sustentado, por exemplo, pelo jurista Guilherme de Souza Nucci[5] (2006, apud DIAS, 2008, p. 39).

Entre os casos analisados neste trabalho, por exemplo, há a reportagem "Estuprada e Morta" (MONTEIRO, 2011c), que relata o crime cometido contra a jovem Adriana Sirineu dos Santos, de 28 anos, que foi estuprada, agredida e morta por um homem desconhecido por volta de 8h da manhã de uma sexta-feira, quando dirigia-se ao ponto de ônibus em busca de emprego. Segundo a reportagem, o caso poderia ter sido apenas um de uma sequência de crimes similares, possivelmente cometidos pela mesma pessoa, naquele local.

A edição do jornal faz questão de mostrar-se ao lado da vítima. No chapéu – frase explicativa que antecede a reportagem, logo acima do título da mesma – há a frase "mulher é atacada por monstro, no meio do mato, quando ia pegar ônibus para conseguir emprego"(MONTEIRO, 2011c, p.23). No contexto não há margem para dupla interpretação, de que o crime teria sido cometido por um monstro mítico, uma criatura não humana; a palavra "estuprada" em letras garrafais no título deixa claro que foi um homem a causa da fatalidade.

Se, por um lado, a publicação toma o lado da vítima, chegando a desumanizar o autor do crime, por outro não há uma problematização em relação ao fato de por que uma mulher sozinha, às oito horas da manhã, ao passar pelo "meio do mato", encontra-se em uma situação de fragilidade, sujeita a este tipo de crime. A notícia apenas descreve, de maneira objetiva e com riqueza de detalhes, o que teria ocorrido – a partir de informações coletadas com a polícia e com familiares –, de que maneira o caso foi descoberto e informa, brevemente, que a moça em questão tinha dois filhos e um marido. A situação de fragilidade da vítima não precisa ser explicada, pois está implícito no conteúdo informativo: uma mulher sozinha, em um local ermo, em um horário em que há pouca movimentação de pedestres, é uma vítima em potencial para crimes sexuais. Se por um lado não há necessidade de explicar de maneira

5 NUCCI, Guilherme de Souza. *Leis Penais e processuais penais comentadas.* São Paulo: RT, 2006, p. 863

explícita uma informação que está no texto, tampouco ela é problematizada; a fragilidade de uma moça na situação descrita é tomada como natural (ainda que moralmente inaceitável), e reforça a ideia de que o mundo fora do ambiente doméstico – espaço privado – é um ambiente hostil às mulheres; ironicamente, no caso em questão a vítima estava saindo de casa para procurar emprego, ou seja, ocupar seu espaço no mundo do trabalho, um dos símbolos basais do espaço público, que seria o espaço masculino por excelência (SAFFIOTI, 1979).

Ainda sobre esta mesma reportagem, é interessante notar que, além do caso do "monstro", há um outro juízo de valor explícito utilizado pela repórter, que refere-se ao autor do crime como "maníaco", termo comumente utilizado na imprensa e no linguajar popular para referir-se a homens que praticam uma série de estupros ou outros crimes com conotação sexual. Ao contrário do termo "estuprador", que poderia ser considerado um sinônimo neste caso, "maníaco" refere-se, segundo consta no Minidicionário Aurélio (FERREIRA, 1993, p. 349), "àquele que sofre de mania (s)", que, por sua, vez, é assim definido:

> Mania sf. 1. Síndrome mental caracterizada por excitação psíquica, insônia, muita atividade, etc., e, em certos casos, agitação motora. 2. Excentricidade. 3. Gosto exagerado por algo. 4. Obsessão. 5. V. Cacoete (2) (FERREIRA, 1993, p. 349)

Embora haja um longo debate no campo da psicologia sobre "mania" do qual a explicação lexical não dá conta, o importante aqui é constar que, usualmente, o termo refere-se a um distúrbio psíquico – ou a apenas um "gosto exagerado por algo", segundo explicação tomada como válida para a língua portuguesa – e, voltando à fatalidade da jovem Adriana Sirineu, se a utilização de "maníaco" para referir-se àquele que tirou sua vida busca criar uma imagem negativa do homem em questão, também relaciona o crime sexual a uma suposta situação de estado psíquico alterado, por muitas vezes utilizado para justificar crimes sexuais e passionais. Mary Del Priore comenta que especialistas da área médica, que defendiam o casamento como uma defesa do suicídio, eram "unânimes em afirmar que tristeza inesperada, amor traído ou honra comprometida conduziam ao delírio agudo e suicida" (DEL PRIORE, 2009, p. 71). A pesquisadora Daniella Coulouris refere-se à "patologização da figura do estuprador", que permite a juristas "distinguir os homens 'normais' dos 'perversos', baseando-se em um estereótipo criado para esse 'criminoso sexual'" (MOURA, 2013).

Além do papel de tipificar e estabelecer penas para a violência doméstica, a Lei Maria da Penha possuí outro aspecto, de combater o baixo índice de condenações para este tipo de crime que, segundo Berenice Dias, "consagraram a impunidade e condenara a violência

doméstica à invisibilidade", via de regra sob o argumento de "preservação da família" (DIAS, 2008, p. 24). Para a jurista, a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (JVDFMs) foi um dos principais avanços neste sentido, a criar uma instância no judiciário na qual a denúncia pode ser encaminhada (DIAS, 2008, p. 25), o que, consequentemente, devolve o poder às Delegacias da Mulher, que existem desde 1985, mas cujo poder de investigação havia sido limitado com a Lei dos Juizados Especiais, em 1995. Segundo a jurista, na prática isto significa que, por cerca de uma década, as Delegacias da Mulher se limitavam a ser uma porta de entrada, mas o processo investigativo se dava na justiça comum, onde a conciliação entre as partes "era imposta" e a vítima era obrigada a falar na frente do agressor para manter a denúncia (DIAS, 2008, p. 23).

Com o conjunto de medidas aplicadas por esta legislação, o Estado passa a ter uma compreensão mais ampla de "crimes contra a mulher", ainda que isto só esteja explícito na lei no caso da violência doméstica. Na sessão dedicada à Delegacia da Mulher no *site* da Polícia Civil do Paraná, são enumerados como principais crimes contra as mulheres a lesão corporal, a ameaça, o estupro, a sedução e o rapto violento ou mediante fraude (POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ, s/d). Segundo a Coordenadoria das Delegacias da Mulher (Codem) do Paraná, em informações veiculadas pela Agência de Notícias do Paraná, em 2011 (mesmo ano das reportagens analisadas) houve 10.498 denúncias relativas à violência doméstica, sendo que 60% destas foram processadas pela Delegacia da Mulher de Curitiba. No mesmo ano foram registrados 2.954 Boletins de Ocorrência por lesões corporais leves, número que caiu em cerca de 15% no ano seguinte, possivelmente por consequência de uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de fevereiro de 2012 que estabelece que queixas por lesão corporal não podem ser retiradas, uma vez registradas, segundo reportagem da Agência de Notícias do Paraná (2013).

Se é possível criar um panorama de crimes praticados contra as mulheres a partir dos números das Delegacias da Mulher e de outras instituições do Estado e da sociedade civil voltadas à defesa destas pessoas, o mesmo não ocorre nos casos em que a mulher está do outro lado da lei. Não há uma estatística sobre qual a identidade de gênero dos acusados em boletins de ocorrência, que se tenha encontrado; há mulheres envolvidas com o tráfico de drogas, com estelionato, tráfico de pessoas, roubos, mas não há a figura do "crime cometido por mulheres" como uma unidade dotada de sentido.

Um dado que ajuda a dimensionar o papel das mulheres no mundo do crime são as estatísticas reunidas pelo Sistema Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) no relatório "Mulheres Presas – Dados Gerais", no mês de dezembro de 2011 havia 34.058 mulheres presas em todos o país, o que correspondia a 7% da população encarcerada brasileira (BRASIL, 2011, p. 4). Segundo o documento, elaborado com o intuito de ajudar nas políticas de efetivação dos direitos das mulheres no sistema penal, no estado do Paraná havia, naquele ano, 2.641 mulheres presas (segunda maior população carcerária feminina do país, atrás apenas de São Paulo, com 11.853 presas, segundo o relatório), sendo 19,84% em decorrência do tráfico de drogas e 15,82% por crimes contra o patrimônio, tipos penais que lideram a lista dos motivos pelas prisões destas mulheres (BRASIL, 2011, p. 42).

Há uma longa distância entre os crimes que vitimaram mulheres publicados pela "Tribuna do Paraná" no período analisado e os dados reunidos pela Delegacia da Mulher sobre violência doméstica; e há um abismo entre aqueles praticados por mulheres e o número de presas (que reúne mulheres que cometeram diferentes delitos, em diferentes anos), o que torna impossível estabelecer um critério de igualdade entre os dados, para comparar a cobertura jornalística com o número de ocorrências, em termos quantitativos. As informações oficiais, no entanto, ajudam a criar um diagnóstico da relação de mulheres com o sistema penal, e é interessante analisar que, se a relação de mulher vítima/mulher criminosa nas notícias analisadas é de cerca de 2,5/1, a relação violência doméstica/mulheres presas é de aproximadamente 4/1. Hipoteticamente, no caso de esta última relação ser similar ao número de ocorrências que traziam mulheres como vítimas/criminosas no mesmo período, significaria que houve uma supervalorização dos casos em que alguém do gênero feminino aparece como sujeito da ação violenta.

Nos casos em que a mulher aparece como vítima de algum tipo de crime, a violência é uma presença constante. De um total de 16 reportagens, 12 delas noticiam a morte destas mulheres, sendo que há duas fatalidades (um acidente de trânsito e a queda de uma janela) e 10 assassinatos, sendo um deles precedido de estupro; há ainda dois estupros e dois crimes passionais em que as envolvidas sobreviveram. Com a compilação feita para este trabalho é possível identificar uma constância de violência contra a mulher nas páginas policiais da "Tribuna do Paraná". O que não significa, no entanto, que estas reportagens sejam vistas como uma unidade, a partir do enfoque dado pela publicação. Dentre as nove notícias que possuem algum tipo de fotografia, por exemplo, a imagem do autor do crime aparece em

cinco oportunidades e apenas duas mulheres que sofreram algum tipo de violência tiveram sua imagem publicada no jornal (sendo que uma delas apareceu na capa do jornal mas ficou de fora da reportagem).

Esta falta de destaque imagético para as mulheres vítimas no caderno "Segurança Pública" contrastam com o espaço reservado para a publicação de figuras femininas na coluna "Triboladas" e nas páginas do caderno cultural "Tribuna Pop", como é o caso da notícia "Sabores da ficção" (2011), que comenta as receitas culinárias das personagens das novelas da Rede Globo, justificando que "com cinco restaurantes e bares em cena, é quase impossível assistir aos folhetins sem sentir vontade de comer", e a notícia encerra com uma receita de "bolinho de tutu com bacon", receita do cardápio da personagem Fabíola, da novela "Insensato Coração". Apesar de o destaque ser a comida – e há uma pequena foto do bolinho, ao lado da receita – uma foto da intérprete da personagem, a atriz Roberta Rodrigues, com um vestido curto e em pose sensual, com uma mão na cintura e a outra no cabelo, foi a escolha do jornal para ilustrar esta sessão.

Tem-se, então, um contexto em que a violência contra a mulher é algo constante, mas este recorte – uma mulher sofrendo violência – é algo pouco abordado; a identidade de gênero feminina da personagem da matéria aparece como algo relevante para a notícia no caderno "Segurança Pública", fora do contexto em que ela é vítima; em outros editorias do jornal, a feminilidade chega a ser exaltada na figura da sensualidade, em especial quando há a possibilidade de figurar uma imagem de uma mulher considerada bonita e sensual.

Esta naturalização da mulher ocupando o local de ser a figura violentada tem relação não com um discurso direto, em que é expresso no texto jornalístico que seja natural que uma mulher sofra violência, mas como uma ausência de discurso, algo que não chega a ser cogitado como algo relevante, um acontecimento problematizável; mesmo nos casos em que a violência doméstica é apontada como geradora de uma situação insuportável, da qual a esposa só consegue livrar-se ao tirar a vida de seu marido, a existência desta violência é algo que aparece como um dado natural da realidade.

Embora seja difícil quantificar a ausência discursiva, ela contrasta com a ideia de "feminicídio", por exemplo, termo criado para diferenciar os assassinatos (e violências, físicas e psicológicas) contra mulheres, categoria que se impõe como uma necessidade política de dar destaque a esta peculiaridade que perpassa diferentes tipificações penais. Em estudo sobre a mortalidade de mulheres por agressão no Brasil, Meneghel e Hirakata definem assim o termo:

> O femicídio ou o assassinato de mulheres cometido por homens respaldados pela superioridade de gênero constitui uma das manifestações mais graves da violência perpetrada contra a mulher. Ocorre em situações de complacência das autoridades e instituições que estão no poder, quer seja político, econômico ou social. Os femicídios decorrem de sistemas sociais de gênero, que atribuem uma posição de subalternidade às mulheres, resultantes das desigualdades produzidas pelo sistema patriarcal. (MENEGHEL e HIRAKATA, 2010, p.1)

Adotado como conceito importante para pesquisas e formulação de políticas públicas por órgãos como a Organização das Nações Unidas, a partir de acúmulos da ONU Mulheres, instituição responsável pela formulação de políticas para igualdade de gênero dentro do órgão (VÍLCHEZ, 2012, p. 9) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que orienta a formulação de políticas em diferentes órgãos do Estado Brasileiro (GARCIA et al, 2013, p.1), o que demonstra que a noção de que a desigualdade de gênero pode gerar uma violência específica é, hoje, aceita para além dos limites de movimentos feministas ou produções acadêmicas da área, mas por estudos e órgãos que não necessariamente vinculam-se a ativistas, mas buscam estar atualizados de discussões e conceitos em torno de direitos humanos.

4.3.3 – A COBERTURA DA "MARCHA DAS VADIAS"

O período analisado coincide com o mês em que ocorreu a primeira Marcha das Vadias na cidade de Curitiba: Julho de 2011. A manifestação foi abordada pela "Tribuna do Paraná" em duas ocasiões, no dia em que ocorreu o protesto, com uma notícia que alertava para algo que viria a acontecer; e no dia seguinte, repercutindo o que havia ocorrido no protesto. Ambas foram publicadas no caderno "Dia a Dia", que compila as notícias chamadas de *hard news*, que reúne temas como política e economia e aborda acontecimentos considerados "quentes", que lidam com um forte aspecto de imediaticidade.

Em 16 de julho, dia da realização do protesto, foi publicada uma notícia que anunciava o protesto que ocorreria naquele dia. A reportagem "'Vadias' nas ruas" (CARVALHO, 2011a) foi anunciada na capa com a chamada "Marcha das vadias ocupa o centro". A "tomada" do espaço público referida na capa é explicada já na primeira frase do texto da notícia: "Mais de duas mil pessoas são esperadas pela organização da Marcha das Vadias, marcada para hoje, com concentração a partir das 11h, no Passeio Público" (CARVALHO, 2011a, p. 04).

A linguagem presente é mais sóbria do que nas outras reportagens analisadas pelo trabalho – característica da própria editoria – e a estrutura narrativa é a de uma reportagem tradicional, com um lide que condensa as principais informações para situar o leitor no acontecimento, seguido de um parágrafo com uma explicação um pouco mais elaborada, nas palavras da própria repórter, sobre quais os propósitos do protesto e de uma citação direta de uma organizadora.

Esta estrutura textual mais tradicional confronta-se com estilo menos rigoroso presente em outros textos do mesmo jornal, quando há uma aproximação da informalidade, da língua falada, há uso de gírias, característica do teor "popular" do jornal, que volta-se para um público-leitor que é supostamente pouco habituado à escrita formal. No entanto há uma unidade no estilo textual, pois o veículo parece optar constantemente por fazer uma leitura de mundo que, na reportagem, será explicando, aproximando o texto jornalístico de uma contação de história. Neste caso, o jornalismo cumpre o papel de tornar uma compreensão da realidade que por vezes é complexa mais palatável, de maneira que o leitor pode apropriar-se destes acontecimentos. Não é muito presente, nos textos analisados, o recurso popularmente conhecido como "expor os dois lados", estrutura jornalística clássica em que há um imbróglio e a notícia trará, de maneira equilibrada no texto, duas opiniões opostas sobre o tema, e ao leitor cabe inteirar-se das duas para definir qual a sua própria opinião.

Esta opção por expor lados divergentes não necessariamente prima pelo princípio da imparcialidade do texto jornalístico pois, ao partir do pressuposto que há uma oposição equilibrada na sociedade, tal como em um jogo de xadrez, pode ser que uma compreensão processual da realidade acabe ficando comprometida. Na prática, o número de atores sociais diretamente relacionados a um acontecimento pode ser maior do que dois, com opiniões que não são necessariamente diametralmente opostas.

Da mesma forma, a opção feita pela "Tribuna do Paraná", que estabelece uma narrativa única, também não significa que o jornal vai ser parcial e deixar de dar espaço ao contraditório. A opção aparente feita pela publicação é a de evitar entrar em searas de grandes polêmicas, pois isso dificultaria na hora de cumprir este papel de simplificação da realidade. Esta opção editorial também compromete uma compreensão processual dos acontecimentos, como no caso da reportagem "Inimiga íntima" (2011), analisada neste trabalho, que ao falar da doença bulimia nervosa não aborda o mecanismo social que leva mulheres a cederem a

este tipo de distúrbio, ainda que cite *en passant* que a existência de padrões culturais de beleza que impõe-se às pessoas é determinante para haver este tipo de doença.

Ao lado da reportagem sobre a Marcha das Vadias há uma foto de arquivo em que aparece uma mulher sem camiseta, de sutiã, segurando um cartaz com a frase "me visto como eu quiser"; a legenda - "Contra violência" - não deixa claro em qual contexto a foto foi tirada, mas há indícios (o fato de estar nesta maneira, os dizeres a favor do uso de qualquer roupa, a ausência de camiseta) de que foi feita em alguma manifestação da Marcha das Vadias que ocorreu em outra cidade do Brasil, o que demonstra que houve uma relativa priorização do jornal em ilustrar esta matéria, pois apesar de não existir nenhuma imagem diretamente relacionada (nenhuma foto de arquivo do evento em Curitiba em anos anteriores, por exemplo), a foto encontra-se presente.

Esta reportagem recebeu um relativo destaque na edição do jornal. Foi uma das duas escolhidas de sua editoria para figurar na capa do jornal; foi ilustrada por uma foto (algo que não ocorreu com boa parte das reportagens analisadas neste trabalho que figuraram na editoria "Segurança Pública", por exemplo), e, em três parágrafos, busca explicar um pouco do contexto e do acontecimento noticiado, ou seja, não é apenas uma "nota" que informa o básico da notícia em algumas poucas linhas.

Esta presença é significativa. Demonstra que o jornal reconhece o movimento enquanto algo a ser abordado e explicado; sua existência e suas bandeiras são levadas a sério. Não há no texto alguma referência pejorativa ao movimento ou comentário – da repórter ou de alguma fonte – que questione a legitimidade do protesto, seja de sua existência ou de suas bandeiras. O cerne da explicação está no segundo parágrafo da reportagem:

> A mobilização, que conta com o apoio de organizações não governamentais e até de representantes religiosos, pretende estimular a discussão sobre os crimes contra as mulheres, como violência doméstica e estupros, além de desmistificar o "gênero" vadia, como define o movimento. "Vem esta história que a própria mulher é culpada do crime sexual. E não é bem assim. É assustador. Um decote não é convite para o sexo. A mulher não sabe o que provoca no homem", comenta Ludmila Nascarella, uma das organizadoras (CARVALHO, 2011a, p. 4).

A violência contra a mulher aparece como algo prioritário no discurso do movimento, e é algo "comprado" pelo jornal, no sentido de que assume-se de antemão que combater esta violência é algo importante - e não algo que o leitor pode ser contra ou a favor. Este reconhecimento, ao falar de um movimento social de mulheres, contrasta com o que está presente no caderno policial, nos casos em que esta violência se realiza, como nos casos de

crime passional e estupro, quando o conceito de "violência contra a mulher" enquanto uma unidade dotada de sentido não figura, ainda que perfilem casos de violência em que o sujeito que a sofreu são mulheres, em casos em que as relações de poder e submissão relacionadas à orientação de gênero foram determinantes para a existência destes crimes.

Ressalve-se, nesta comparação entre a maneira em que a violência contra a mulher é retratada em diferentes reportagens, cuja produção é feita por equipes diferentes e que, por vezes, dentro de um mesmo veículo, há editorias com compreensões divergentes sobre um mesmo tema, e pode haver embates políticos internos sobre qual será a postura do jornal. Ao mesmo tempo, isto não muda o fato de que o jornal é um todo e possuí opiniões e visões de mundo enquanto uma publicação, tanto aquelas que são expressas diretamente em áreas editoriais como as que podem ser apreendidas a partir de sua leitura e análise.

À parte deste descompasso nas abordagens das diferentes editorias, o caderno "Dia-a-dia" voltou a dar destaque ao tema no dia seguinte ao da realização do evento, com a publicação de uma nova reportagem que relatou como havia sido o protesto, e reiterou algumas das pautas apresentadas pelo movimento (CARVALHO, 2011b). Desta feita o tema aparece com maior destaque já na capa, quando aparece com a chamada "O grito delas" seguido de um texto explicando que a "versão curitibana da Marcha das Vadias alertou pra(SIC) violência contra as mulheres e reuniu cerca de 500 pessoas no centro da capital" (CARVALHO, 2011, p 1). Logo abaixo do texto, a chamada de capa é ilustrada com uma foto da perna de uma moça, com os dizeres "coxão mole", maneira irônica de comparar o corpo da mulher a um pedaço de carne, e ao fato de que a postura de uma pessoa na hora de comprar e consumir uma comida pode ser similar à maneira que as mulheres são tratadas na sociedade. Neste dia, possivelmente por ser um domingo, dia em que o caderno "Segurança Pública" não circula, não há nenhuma reportagem sobre violência anunciada na capa; além da Marcha das Vadias entram como destaque notícias de comportamento e de futebol.

A presença da notícia na capa representa uma relevância do assunto para o jornal, que figura como um tema em destaque *apesar* de ser relativo a um tema relacionado à política, uma vez que o espaço de destaque em geral é destinado a informações de esportes e segurança pública, para ter um maior apelo e chamar a atenção de classes populares. Dentro do jornal, a reportagem "Passeata pelo centro" entra na página três, uma das de principal destaque em "Dia a dia", por ser a primeira que figura do lado direito – cuja leitura é mais fácil, pelo próprio formato do jornal em que as páginas dobram-se umas sobre as outras – quando o

leitor abre a capa do jornal para ler seu conteúdo interno. No lide, o tom de "jornalismo de serviço" do dia anterior, cuja matéria iniciava com uma série de informações explicativas sobre local, hora, e origem do movimento, dá lugar a uma tentativa de tentar dimensionar para o leitor como foi o protesto:

> Cerca de 500 pessoas acompanharam ontem de manhã a Marcha das Vadias, que percorreu as ruas do centro de Curitiba. A passeata *reuniu famílias e amigos* para chamar a atenção para a violência contra a mulher. De acordo com a organização da marcha, uma mulher sofre violência no Brasil a cada 24 segundos. Uma contagem coletiva foi feita pelos manifestantes, que se sentaram no meio da rua, em frente a praça 19 de Dezembro, a praça do Homem Nu (CARVALHO, 2011, p. 3, grifo nosso).

Chama a atenção a utilização de "família e amigos" no texto para descrever os presentes na manifestação. Outros termos, como "manifestantes", "mulheres", "feministas" poderiam ter sido usados sem comprometer a veracidade da informação; a escolha da repórter demonstra de que maneira ela busca contar esta história. A limitação de espaço imposta pela opção editorial do jornal de fazer textos curtos, facilitando o acesso do leitor à informação, faz com que a escolha das palavras tenha grande importância na hora de condensar a informação e, ao utilizar uma nomenclatura específica no lugar de um termo mais genérico e abrangente, amplia-se a quantidade de informação a ser comunicada. O termo "família" é icônico, pois ha apropriação do termo "vadia" (usualmente pejorativo), a ausência de roupas (muitas manifestantes aparecem em fotos só de sutiã, sem camiseta), o apoio a LGBTs, dentre outras coisas, levaram o movimento a sofrer críticas de setores da sociedade que, sob um discurso de defesa da família, acreditavam que um protesto com este mote poderia prejudicar bons costumes ou ser desrespeitoso com o público feminino, ao banalizar o corpo. Esta crítica não está presente na "Tribuna do Paraná" mas, de certa, forma, uma resposta possível a ela figura na voz dada a uma das organizadoras do evento: "Chamamos para a marcha as famílias, que precisam discutir o assunto e que ensinam valores, comenta Maira Nunes, uma das organizadoras da marcha" (CARVALHO, 2011, p. 3).

Mais uma vez fica clara a opção do jornal de partir do pressuposto de que o movimento e a pauta que ele apresenta – contra a violência contra a mulher – é justo, e que não cabe à reportagem questionar este valor, e sim explicar alguns desdobramentos, e traduzir discursos de fontes especializadas. Além da organização do evento, há a citação direta da presidente de uma organização não-governamental ligada à Secretaria de Estado da Saúde (Sesa), do governo do Paraná, uma fonte ligada ao Estado que, ao figurar na notícia, eleva o patamar de legitimidade da manifestação (pois há o apoio de entes estatais ao movimento social), além de

ser citado o apoio da Delegacia da Mulher de Curitiba. No discurso da representante da ONG o discurso que relaciona a proteção à família ao combate à violência contra a mulher volta a figurar:

> Este é um assunto para toda a sociedade porque a violência contra a mulher destrói a família. A mulher não quer romper com o marido e a família. Ela quer romper com a violência', afirma a presidente da ong Espaço Mulher, Maria Celi de Albuquerque (CARVALHO, 2011, p. 3).

A violência contra a mulher figura no cerne da abordagem do jornal sobre o tema, sendo constantemente abordada e reelaborada nas duas reportagens sobre a "Marcha das Vadias". Ao lado da violência enquanto agressão física figura, de maneira marginal, a relação desta com outra, mais simbólica, em que a imposição de comportamento às mulheres tem consequências negativas, como a não aceitação do próprio corpo ou à ideia de que é justificável uma violência praticada contra mulheres que fogem dos padrões destas imposições, por exemplo.

A própria escolha feita pelo movimento de utilizar "vadia" (e de "*slut*", em inglês) como um termo a ser ressignificado, é uma manifestação deste âmbito da luta destas mulheres que reivindicam o direito de poder usar uma roupa curta ou decotada sem que isso seja interpretado como um "convite" ao estupro, como relatado pela organizadora da manifestação na primeira reportagem, ou como um sinal de que a garota aceita fazer sexo com qualquer rapaz (o que é visto como um padrão de comportamento errado para uma mulher), e mesmo o direito a poder ter relações sexuais com quem quiser sem ser julgada por isso. Estes exemplos unem-se na crítica à compreensão da mulher enquanto um objeto de consumo, seja como um artefato sensualizado, destinado a satisfazer os ímpetos sexuais masculinos, ou como a "boa esposa" submissa. No discurso da "Marcha das Vadias" não há dissociação entre a imposição de padrões de comportamento e vestuário e a violência oriunda das relações de gênero; ambos são efeitos de um processo de dominação masculina.

Fica implícito o discurso de crítica a esta constituição da mulher tendo a sexualidade como um eixo central, fundante do que é ser mulher, que na dinâmica da sociedade converte-se em um objeto de desejo e posse sexual. O discurso da "Marcha das Vadias" faz um caminho lógico entre esta sexualização do feminino e a violência contra a mulher como um subproduto de uma maneira de a mulher ser visto.

No entanto esta sexualização exacerbada não diz respeito exclusivamente à geração da violência. O enaltecimento do feminino visto quase que como sinônimo de "belo", por exemplo, é um dos efeitos que pode ser visto até mesmo como algo positivo pelas mulheres.

Dentre as reportagens analisadas, ao mesmo tempo em que isso surge como um discurso secundário nas notícias sobre a "Marcha das Vadias", este processo aparece em outras editorias do jornal, como é o caso da coluna "Triboladas", do caderno de esportes e das reportagens da editoria "Tribuna Pop" analisadas neste trabalho; em ambos os casos a figura feminina aparece (literalmente, pois todas elas são ilustradas com imagens) enaltecida pelo belo que representa, o que também funciona como um chamariz de vendas do veículo, cujos consumidores têm ciência de que encontrarão este tipo de imagem no interior das páginas da publicação, em especial tendo em conta a constância das imagens de mulheres sensualizadas na coluna "Triboladas", veiculadas em todos os trinta e um dias do mês abordado nesta pesquisa.

Além destas duas notícias veiculadas no dia da manifestação e no seguinte, não há nenhuma outra reportagem que cite "Marcha das Vadias" de maneira expressa ao longo do mês de julho de 2011. É possível, no entanto, que outras reportagens tenham abordado temas correlatos na editoria "Dia a dia", como a violência contra a mulher, o que não pode ser confirmado neste trabalho pois não foram levantados dados suficientes para sustentar ou negar esta afirmação, por não ser o objetivo central desta produção. Com esta não repercussão explícita, a manifestação figura no jornal como um evento, um acontecimento, inclusive porque a própria estrutura das duas reportagens são típicas de notícias de eventos, quando em um primeiro momento anuncia-se o que irá ocorrer e, logo depois, faz-se um resumo de como foi na prática. Ainda que o objetivo do movimento seja instituir um debate sobre os temas levantados na sociedade, mais do que almejar uma conquista específica (como é o caso de um passeata de greve que exige aumento salarial, por exemplo), o tema não conta com uma sobrevida no jornal, em um período imediato (nas duas semanas que se seguiram à manifestação, até o fim daquele mês), ainda que os temas abordados pelos manifestantes perfilem de maneira constante em outras editorias, sem que haja uma conexão aparente entre estes diferentes espaços. Devido ao recorte feito neste trabalho, não é possível analisar se houve repercussão sobre ações da "Marcha das Vadias" nos meses subsequentes, ou se a existência deste movimento alterou, de alguma maneira, a forma com que a figura da mulher é retratada neste jornal.

CONCLUSÃO

Este trabalho buscou elaborar uma análise sobre a maneira como as pessoas com identidade de gênero feminino são retratadas na "Tribuna do Paraná" bem como qual imagem de mulher é produzida à partir da produção desta publicação. O período analisado foi o mês de julho de 2011, uma vez que durante este mês deu-se a realização da primeira "Marcha das Vadias" de Curitiba, que denunciou a violência contra a mulher.

Partiu-se da análise feita por Beauvoir (1991), que rompe com uma visão biologicista de que haveria uma divisão entre "sexos" biológicos como algo ontológico aos seres humanos, e passa a compreender o gênero enquanto resultante de uma construção social. Este processo de tornar-se mulher, portanto, não é individual, mas insere-se em um contexto de estabelecimento de valores e normas que se criam e perpetuam à partir das relações interpessoais e pela ação de instituições, dentre elas os meios de comunicação de massa.

O estudo propôs-se então a compreender quais ferramentas são utilizadas pelo jornalismo, em sua especificidade, para reiterar, contradizer ou dialogar com esta construção social do feminino e do papel da mulher. O jornal impresso diário foi escolhido como foco de análise à partir da discussão feita por Buitoni (1981) que aponta este veículo como tradicionalmente masculino.

Para a análise foi estabelecido como fonte a "Tribuna do Paraná", jornal voltado às classes C e D que circula na Região Metropolitana de Curitiba, capital do Paraná. A escolha do material deu-se à partir da leitura de todas as edições do mês de julho de 2011 e foram estabelecidas *a priori* duas categorias: a ideia de mulher construída nas reportagens alusivas à cobertura da "Marcha das Vadias" de Curitiba e a presença do feminino no caderno "Segurança Pública", destinado a notícias policiais, tendo em vista que este tipo de reportagem figura em grande número e com destaque em jornais tido como "populares", que voltam-se a uma população que usualmente tem menor acesso à escrita formal.

Durante a leitura emergiram matérias que davam destaque à figura feminina de maneira sensualizada e estabeleceu-se uma terceira categoria de análise, à partir do debate feito por Wolf (1992) de que a objetificação do corpo da mulher é parte de um processo de dominação em que o corpo feminino se insere no mundo subjugado a ser um potencial objeto para satisfação do desejo sexual masculino.

A partir do material selecionado foram elencadas 27 reportagens de diferentes editorias

que foram divididas nestas três categorias e analisadas à partir de teorias que embasam os processos éticos e técnicos da construção da notícia.

O recurso a imagens femininas erotizadas é uma constante ao longo do material analisado, a ponto de o jornal possuir uma coluna que circulou em todos os trinta e um dias do mês de julho em que é publicada uma foto de arquivo de uma mulher em posição sexualizada, em geral seminua (DARTAGNAN, 2011). A imagem feminina figura neste espaço de maneira recreativa, ao lado de piadas e comentários de tom cômico voltados ao público masculino, com . O público feminino não é alvo desta informação, e parece haver uma tentativa de afastá-lo ao serem inseridas ironias referentes à dominação sexual da mulher. A coluna – presente na editoria de esportes, considerada masculina – de certa forma reproduz a exclusão da mulher do espaço público destinado aos homens, que é inacessível às mulheres seja por uma exclusão direta (por meio do mercado de trabalho, por exemplo) ou simbólica, por ser campo de debates os quais as mulheres não podem ou não devem acessar.

Estas figuras sexualizadas voltam a figurar no caderno cultural, à partir da publicação de fotos de famosas consideradas belas. Nestes casos não fica subentendido que o leitor é o público masculino, e a imagem erotizada não é por si só informação para figurar nas páginas do jornal (como no caso anterior) e as informações noticiosas viram uma espécie de "desculpa" para justificar a inserção daquela imagem. O corpo feminino passa a figurar como um critério de noticiabilidade que se sobrepõe à relevância da informação abordada.

A noção do feminino relacionado ao belo surge nestas reportagens à partir de uma perspectiva positiva, elogiosa às detentoras destes corpos reiterando a noção descrita por Wolf (1992) de que o "mito da beleza" instituí a figura do "belo" como algo universal, que sempre existiu e que é necessariamente um ideal a ser alcançado pelas mulheres. Esta noção fica implícita na escolha de imagens e nos discursos que ficam subentendidos nestas reportagens, mas não figuram de maneira explícita no texto. Mas, como disse Lage (1979), o jornalismo moderno produz notícia "de modo que aparentemente eliminam-se crenças e perspectivas. No entanto, a melhor técnica apenas oculta preconceitos e pontos de vista do grupo social dominante" (LAGE, 1979, p. 33).

Em contraste com estas notícias em que há uma reiteração subjetiva da mulher objetificada, foram encontradas reportagens relacionadas à saúde da mulher em que os efeitos desta construção de padrões de beleza figuram como patologia e não mais como algo enobrecido. Apesar destas duas faces do "mito da beleza" estarem presentes na mesma

publicação, não é estabelecida uma relação de causa e consequência entre estes dois momentos.

Com relação ao caderno policial, a presença da mulher na figura de autora do crime parece figurar como um caso de exceção, como se o papel de criminosa fosse uma excrescência ao padrão comportamento esperado, de "boa moça". A identidade de gênero feminina chega a ser utilizada como um elemento para dar um tom jocoso ao texto. É possível que, por figurar no campo do "bizarro", estas reportagens ganhem em relevância em termos de critério de noticiabilidade em relação àquelas em que a mulher figura como vítima; no entanto, por não terem sido encontrados dados suficientes, não foi possível comparar neste trabalho se há uma supervalorização numérica deste tipo de crime na cobertura jornalística policial.

Este espanto presente nas ações de mulheres criminosas contrasta com os casos em que elas são vítimas, que se inserem no campo do ordinário. Embora estes casos representem mais da metade dos textos presentes nesta categoria de análise, o fato de uma mulher ser a vítima não é algo que torna estes acontecimentos especiais. Mais ainda, o fato de a opressão de gênero ser a origem para parte destes crimes não é problematizado e chega a ser invisibilizado da construção das reportagens.

A representação visual das mulheres presentes nestas notícias contrasta com a das que figuram como as belas moças do jornal. Além de terem a sua condição de mulher minimizada, as mulheres que sofrem violência poucas vezes figuram estampadas nas páginas do jornal. Quando há ilustração nestas reportagens, em geral são cenas do local em que ocorreu o crime, e não da vítima. O importante, aqui, não é a personagem, e sim a história que está por trás.

Para a cobertura da "Marcha das Vadias", o jornal opta por assumir o ponto de vista do movimento como um ponto de vista válido. Com enfoque no combate à violência contra a mulher, as reportagens buscam desenvolver qual a reivindicação e tornar o discurso de movimento social palatável ao público-leitor. Em parte, esta postura demonstra que a violência presente no discurso é quase "etérea", e que explicá-la passa por discorrer sobre a estrutura patriarcal de opressão de gênero. O sujeito que sofre (ou que pratica) estes atos violentos chega a estar presente no discurso, mas não estabelece uma relação lógica com a violência de gênero presente nos dados do caderno policial.

Por um lado, o caderno policial relata uma série de crimes passionais, violência doméstica, estupros e mulheres que cometem crimes por amor a (ou para se vingar de) seus

companheiros, que não se relacionam entre si e nem são realçadas como "violência de gênero" ou "violência contra a mulher". Por outro lado o movimento que busca dar destaque ao fato de que a identidade de gênero é uma variável unificadora entre estes diferentes crimes, mas este discurso fica descolado de exemplos reais.

Anteriormente à análise destes dados, estabeleceu-se a hipótese de que estas duas categorias – cobertura da "Marcha das Vadias" e mulher no caderno policial – poderiam estabelecer entre si uma relação de oposição. Conclui-se que, na verdade, há uma unidade entre as realidades retratadas nestes dois momentos; no entanto esta similitude esbarra na maneira como estes discursos são construídos. O dado da realidade e a problematização dos processos sociais que o tem como consequência coexistem nas páginas do jornal, mas não estabelecem relações entre si.

Além do foco da cobertura do evento na questão da violência, as reportagens abordaram de maneira secundária a opção pela ressignificação do termo "vadia", um marco no processo de combate ao "mito da beleza". A explicação do movimento é que padrões de comportamento e beleza não devem ser impostos aos indivíduos. A escolha foi por um termo que, até então, buscava representar de maneira pejorativa a mulher que dá vazão à sua sexualidade (ao fazer sexo com diferentes pessoas ou ao utilizar roupas sensuais, por exemplo) por vontade própria. Valorizá-lo de maneira positiva significa declarar que inclusive esta é uma opção válida quando respeitado o desejo da pessoa de comportar-se desta maneira.

Existe uma unidade entre este caso e a mulher representada no caderno cultural: ambas surgem à partir da sua sensualidade. No entanto há uma diferença no processo de escolha; ainda que as mulheres cujas fotos figuram no caderno cultural tenham feito uma escolha ao surgir de maneira sexualizada, o critério para sua presença naquelas páginas foi o fato de suas imagens serem motivo de "regojizo" para o público-leitor masculino.

Na relação entre as três categorias de análise, são observados contrastes no enfoque dado a acontecimentos diferentes que guardam similitudes entre si. Em parte, isto pode se dar devido ao fato de serem reportagens retiradas de diferentes editorias e que foram, portanto, produzidas por equipes (e repórteres) diferentes. Tendo em vista que a redação de um jornal é compartimentalizada, é possível que estas diferenças apreendidas na análise existam enquanto debate e até mesmo divergência na rotina produtiva da "Tribuna do Paraná".

No entanto, as diferentes editorias não apenas coabitam as mesmas páginas, mas formam um todo que é o veículo. Neste sentido, o debate de contestação dos papéis de gênero

está em desvantagem no período analisado: enquanto a "Marcha das Vadias" figurou (com papel de destaque) em duas reportagens, as moças da "Triboladas" (DARTAGNAN, 2011) estavam lá todos os dias, acompanhadas de reportagens constantes com celebridades sexualizadas.

Ressalve-se que esta pesquisa teve por objetivo comparar construções sobre a imagem da mulher diferentes, por estarem em contextos diferentes do jornal, mas que coincidiram no período de tempo. Ou seja, não é possível com este trabalho analisar se a "Marcha das Vadias" teve ou não impacto sobre a maneira que o jornal passou retratar a mulher após a manifestação. Tendo em vista que este é um movimento que se insere em um contexto de mudança em torno dos debates feministas e das formas de organização dos movimentos sociais, uma análise sobre as mudanças nas formas de representação da mulher em médio e longo prazo no jornal abre-se como uma possibilidade de futura pesquisa.

Ao longo deste trabalho foi detectada uma dificuldade na formulação de um arcabouço teórico e metodológico que permitisse uma análise que se estruturasse a partir das especificidades da profissão de jornalista e da produção da notícia. Com a pesquisa bibliográfica percebeu-se que este vácuo, mais do que uma dificuldade de aprofundamento da própria autora, é fruto do rareamento de produção nesta área. Muitos estudos de gênero de diferentes campos das ciências humanas utilizam os meios de comunicação de massa como fonte; dentro da própria área da comunicação são numerosos os estudos de representação da mulher na análise da publicidade e de programas de entretenimento.

No jornalismo, no entanto, esta interface é relativamente pouco desenvolvida. Isto pode ser reflexo de que, na própria profissão, esta compreensão do gênero enquanto uma construção social da qual o jornalista é sujeito ativo seja pouco problematizada. Por outro lado, demonstra um campo de análise que não só é fértil como necessário de ser desbravado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADELMAN, Miriam. A voz e a escuta: encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea. São Paulo: Blucher Acadêmico, 2009.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO PARANÁ. Segurança pública vai ampliar a rede de proteção à mulher, 2013. Disponível em: http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=73367. Acesso em 28 out 2013.

ALVES, Branca Moreira, PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BAHIA, Juarez. *Jornal, História e técnica*. São Paulo: IBRASA, 1972

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo sexo*. 8. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

BORDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. Lei 11.340, 07 de agosto de 2006. *Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e dá outras providências*.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento penitenciário Nacional. *Mulheres presas – dados gerais. Projeto Mulheres/DEPEN*. Brasília – DF, 2011.

BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. *Mulher de papel:* a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira. São Paulo: Ed. Loyola, 1981

DEL PRIORE, Mary. Matar para não morrer: A morte de Euclides da Cunha e a noite sem fim de Dilermando de Assis. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009

DIAS, Maria Berenice. *A Lei Maria da Penha na justiça*: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combater a violência doméstica e familiar contra a mulher. São Paulo, Ed Revista dos Tribunais, 2008.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. *Declaração de Independência*. Disponível em http://www.infopedia.pt/$declaracao-de-independencia-dos-estados. Acesso em 07 de setembro de 2013.

FACCHINI, Regina. Histórico da luta LGBT no Brasil. In.: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 6ª REGIÃO. *Psicologia e diversidade sexual*. São Paulo, CRP-SP, 2011.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Minidicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993

FOULCAULT, Michel. *História da Loucura*. São Paulo, Ed Perspectiva, 1987

GARCIA, Leila Posenato; et al.*Violência contra a mulher*: feminicídios no Brasil. Ipea. 2013

GAZETA JORNAIS. Tribuna – Informações gerais. Disponível em http://www2.gazetadopovo.com.br/anuncie/veiculo/tribuna. Acesso em 20 out 2013

LAGE, Nilson. *Ideologia e técnica da notícia*. Petrópolis: Ed Vozes, 1979

MACEDO, José Rivair. A mulher na Idade Média. São Paulo: Ed. Contexto, 1997

MANUAL DE REDAÇÃO: Folha de São Paulo. São Paulo: Publifolha,2001

MACHADO, Maria das Dores Campos Machado. Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n°7, Brasilia, janeiro-abril de 2012, pp25-54.

MAYORGA, Claudia et al. As críticas ao gênero e a pluralização do feminismo: colonialismo, racismo e política heterossexual. *Revista de estudos feministas.* Florianópolis ,v. 21,n. 2, Ago. 2013. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2013000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em 10 de novembro de 2013

MELO, José Marques de. *Jornalismo opinativo*: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. 3. ed. Rev. E ampl. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003

MENEGUEL, Stela Nazareth e HIRAKATA, Vânia Naomi. Femicídios, Mortalidade por agressão em mulheres no Brasil. Fazendo o Gênero – Diásporas, diversidades, deslocamentos. Florianópolis, 23 a 26 de agosto, 2010.

MORAES, Marcia. *Ser Humana*: quando a mulher está em discussão. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MOURA, Beatriz Vitor de Lima. Para pesquisadora, vítima de estupro é interrogada como ré. Agência Universitária de Notícias, 2013. Disponível em: http://www.usp.br/aun/exibir.php?id=5180, acesso em 28 out. 2013

POLICIA CIVIL DO PARANÁ. Delegacia da Mulher – A serviço da mulher e da família, s/d. Disponível em http://www.policiacivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=9. Acesso em 28 out. 2013

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *A mulher na sociedade de classes*: mito e realidade. Petropolis: Vozes, 1979

SCHAUN, Angela; SCHWARTZ, Rosana. O corpo feminino na publicidade: aspectos históricos e atuais. *IV ComCult – Cultura da Imagem*, GT Imagem e Gêneros (apresentado sob o título Corpos em Jogo: o feminino na Publicidade). Centro Universitário Belas Artes de São Paulo. 12 a 15 de novembro, 2008.

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticibilidade. Florianópolis: UFSC: *Estudos em jornalismo e mídia*, Vol. II, Nº1, 1º semestre de 2005.

TRAQUINA, Nelson. Teorias do Jornalismo, porque as coisas são como são. Florianópolis: Insular, 2005.

TRAQUINA, Nelson. Teorias do Jornalismo, vol. II – A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2008

VÍLCHES, Ana Isabel Garita. *La regulación del delito de femicidio/feminicidio en América Latina y el Caribe*. Secretariado de la Campaña del Secretario General de las Naciones Unidas ÚNETE para poner fin a la violencia contra las mujeres. Panamá, 2012

WOLF, Naomi. *O mito da beleza*: como as imagens de beleca são usadas contra as mulheres. Rio de Janeiro: Rocco, 1992

WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

Reportagens analisadas

A BELA. *Tribuna Do Paraná*. 17 jul. 2011. Tribuna Pop, p. 09

"AS MAGRAS QUE ME PERDOEM, MAS SER GORDINHA É FUNDAMENTAL". *Tribuna Do Paraná*. 13 jul. 2011. Mais Saúde, p. 07

BARROS, Marcio. Queda do 13.º andar. *Tribuna do Paraná*, Curitiba, 27 jul. 2011a. Segurança Pública, p. 23

BARROS, Marcio. Mata sem carteira. *Tribuna do Paraná*, Curitiba, 29 jul. 2011b. Segurança Pública, p. 22

BARROS, Marcio. Garota de 15 anos é pivô de atentado. *Tribuna do Paraná*, Curitiba, 29 de jul. 2011c. Segurança Pública, p.23

BARROS, Marcio e VELLINHO, Marcelo. Causa morte da mãe. *Tribuna do Paraná*, Curitiba, 02 jul. 2011. Segurança Pública, p. 22

BILHETERIA. *Tribuna Do Paraná*. 06 jul. 2011. Tribuna Pop, p. 06

CARVALHO, Joyce. "Vadias" nas ruas. *Tribuna do Paraná*, Curitiba, 16 de jul. 2011a. Dia-a-dia, p.4.

CARVALHO, Joyce. Passeata pelo centro. *Tribuna do Paraná*, Curitiba, 17 de jul. 2011b. Dia-a-dia, p.3.

DARTAGNAN. Tabu. *Tribuna Do Paraná*. 16 jul. 2011. De Letra, Triboladas, p. 21

DESLANDES, Fernanda. Garota de 17 anos mata marido de 55. *Tribuna do Paraná*, Curitiba, 05 jul. 2011a. Segurança Pública, p. 22;

DESLANDES, Fernanda. Morte no sexo por drogas. *Tribuna do Paraná*, Curitiba, 22 jul. 2011b. Segurança Pública, p. 22

DESLANDES, Fernanda. Estuprada pelo pai. *Tribuna do Paraná*, Curitiba, 26 jul. 2011c. Segurança Pública, p. 22

DESLANGES, Fernanda. Tiros pra todo lado. *Tribuna do Paraná*, Curitiba, 26 jul. 2011d. Segurança Pública, p. 22

DESLANDES, Fernanda. Maridos enterrados.*Tribuna do Paraná*, Curitiba, 30 jul. 2011e. Segurança Pública, p. 22

DROGA ÍNTIMA. *Tribuna Do Paraná*. 23 jul. 2011. Segurança Pública, p. 23

EXECUTIVAS À BEIRA DE UM ATAQUE DE NERVOS. *Tribuna Do Paraná*. 20 jul. 2011. Mais Saúde, p. 07

GELADEIRA. *Tribuna Do Paraná*. 06 jul. 2011. Tribuna Pop, p. 06

INIMIGA ÍNTIMA. *Tribuna Do Paraná*. 27 jul. 2011. Mais Saúde, p. 06

MALÍCIA. *Tribuna Do Paraná*. 22 jul. 2011. Tribuna Pop, p. 06

MONTEIRO, Janaina. Amigos executados. *Tribuna do Paraná*, Curitiba, 14 de jul. 2011a. Segurança Pública, p.30

MONTEIRO, Janaina. Futuro destroçado. *Tribuna do Paraná*, Curitiba, 15 jul. 2011b. Segurança Pública, p. 23

MONTEIRO, Janaina. Estuprada e morta. *Tribuna do Paraná*, Curitiba, 16 jul. 2011c. Segurança Pública, p. 23

MULHER QUEIMADA. *Tribuna Do Paraná*. 26 jul. 2011. Segurança Pública, p. 23

PARA CADA MULHER, UM MÉTODO. *Tribuna Do Paraná*. 06 jul. 2011. Mais Saúde, p. 07

PERNAS DE FORA. *Tribuna Do Paraná*. 10 jul. 2011. Tribuna Pop, p. 09

PRESA A MULHER QUE ROUBOU BEBÊ. *Tribuna Do Paraná*. 24 jul. 2011. Dia-a-dia, p. 05

SABORES DA FICÇÃO. *Tribuna Do Paraná*. 10 jul. 2011. Tribuna Pop, p. 09

ULBRICH, Giselle. Assume ponto da mãe. *Tribuna do Paraná*, Curitiba, 01 de jul. 2011a. Segurança Pública, p.22

ULBRICH, Giselle. DH passa a investigar morte de moças. *Tribuna do Paraná*, Curitiba, 01 jul. 2011b. Segurança Pública, p.23

ULBRICH, Giselle. Trucidada no sobrado. *Tribuna do Paraná*, Curitiba, 07 jul. 2011c. Segurança Pública, p. 31

ULBRICH, Giselle. Sabor da morte. *Tribuna do Paraná*, Curitiba, 13 jul. 2011d. Segurança Pública, p. 23

ULBRICH, Giselle. Trama da maldade. *Tribuna do Paraná*, Curitiba, 19 jul. 2011e. Segurança Pública, p. 22

ULBRICH, Giselle. Suspeito de queimar. *Tribuna do Paraná*, Curitiba, 20 jul. 2011f. Segurança Pública, p. 38

ULBRICH, Giselle. Machão de motel em cana. *Tribuna do Paraná*, Curitiba, 23 jul. 2011g. Segurança Pública, p. 22

ULBRICH, Giselle. Vovó apanha e reage à faca. *Tribuna do Paraná*, Curitiba, 27 de jul. 2011h. Segurança Pública, p.24

ULBRICH, Giselle. PM faz parto em Fusca. *Tribuna do Paraná*, Curitiba, 28 de jul. 2011i. Segurança Pública, p.30

VAIDADE ALÉM DA CONTA.*Tribuna Do Paraná*. 20 jul. 2011. Mais Saúde, p. 06

VELLINHO, Marcelo. Mulheres no crack *Tribuna do Paraná*, Curitiba, 08 de jul. 2011a. Segurança Pública, p.23

VELLINHO, Marcelo. Ciúme. *Tribuna do Paraná*, Curitiba, 19 de jul. 2011b. Segurança Pública, p.22

VELLINHO, Marcelo. Menina estuprada. *Tribuna do Paraná*, Curitiba, 22 jul. 2011c. Segurança Pública, p. 24

"VOVÓ DO TRÁFICO". *Tribuna Do Paraná*. 28 jul. 2011. Segurança Pública, p. 29